



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO – CET

OCIONÁRIO CHAVES DA SILVA

**TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA PRAINHA DO CANTO VERDE (CE):
PRÁTICA DE COMBATE ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS**

Brasília, DF

2021



OCIONÁRIO CHAVES DA SILVA

**TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA PRAINHA DO CANTO VERDE (CE):
PRÁTICA DE COMBATE ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Centro de Excelência em
Turismo da Universidade de Brasília como
requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Turismo.

Orientador: Prof. Dr. Vitor João R. Alves

Brasília, DF

2021



**TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA PRAINHA DO CANTO VERDE (CE):
PRÁTICA DE COMBATE ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS**

OCIONÁRIO CHAVES DA SILVA

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Vitor João Ramos Alves (Orientador – CET/UnB)

Profa. Dra. Lana Magaly Pires (Avaliadora – CET/UnB)

Profa. Me. Larissa Alves de Sousa (Avaliadora – Sec. Educação/GDF)

Prof. Me. Werlen Gonçalves Raasch (Avaliador – Sec. Educação/GDF)

Brasília, DF, 10 de novembro de 2021.

Agradeço a Ele, Pai Divino Misericordioso que me concedeu a honraria de aqui chegar. Toda honra e toda glória, dedico a Ele.

À família, em especial aos meus pais, Lindalva Chaves da Silva e Joel Lima da Silva, pelos anos de dedicação e apoio, sempre acreditando nessa vitória. Paizão, para sempre estarás comigo!

Agradeço ao Professor Dr. Vitor João Ramos Alves pela orientação e apoio dedicado à realização deste trabalho e a todos e todas que contribuíram para esta realização.

“Talvez não tenhamos conseguido fazer o melhor. Mas lutamos para que o melhor fosse feito. Não somos o que deveríamos ser, não somos o que iremos ser, mas graças à Deus não somos o que éramos”.

Martin Luther King

RESUMO

Ao reconhecer o Turismo de Base comunitária como alternativa de desenvolvimento sustentável para comunidades originárias, localizadas no interior do território brasileiro, busca-se, com esta pesquisa, analisar o Turismo de Base Comunitária (TBC) na Prainha do Canto Verde (CE), como uma possível proposta prática para o combate às desigualdades sociais. De forma mais específica, buscou-se como objetivos específicos (1) investigar o turismo como fenômeno transformador social, a partir do aporte do Turismo de Base Comunitária (TBC); (2) analisar as desigualdades sociais na formação do território brasileiro, a partir de um apanhado histórico desde a colonização aos dias atuais; (3) e apresentar o Turismo de Base Comunitária da Prainha do Canto Verde (CE) como uma prática mitigadora das desigualdades sociais na comunidade local. Como percurso metodológico, adotamos a pesquisa de caráter básico, exploratório, do tipo qualitativo. A Prainha do Canto Verde (CE) é pensada como recorte espacial e entendida como a primeira comunidade brasileira a implantar o Turismo de Base Comunitária (TBC), o que ofereceu pensar o turismo, mais acessível e sustentável, como prática de combate às desigualdades sociais da localidade. Assim, acredita-se que a sustentabilidade das iniciativas propõe um fazer turismo que vai além da perspectiva estritamente econômica. Promove uma educação transformadora na localidade, além de desenvolver a hospitalidade e a sustentabilidade. A cidadania e a participação devem ocupar lugar central nos processos de democratização. O que impõe a constatação de que o Turismo de Base Comunitária (TBC) pode contribuir para o combate às desigualdades sociais de uma comunidade e no território brasileiro, em sua totalidade, tal como ocorre na comunidade da Prainha do Canto Verde (CE).

Palavras-chave: Base, comunitária, responsável, sustentabilidade, turismo.

ABSTRACT

Recognizing community-based tourism as an alternative for sustainable development for original communities located in the interior of the Brazilian territory, this research seeks to analyze Community-Based Tourism (TBC) in Prainha do Canto Verde (CE), as a possible practical proposal to combat social inequalities. More specifically, specific objectives were sought (1) to investigate tourism as a social transformative phenomenon, based on the contribution of Community-Based Tourism (TBC); (2) analyze the social inequalities in the formation of the Brazilian territory, from a historical overview from colonization to the present day; (3) and present the Community-Based Tourism of Prainha do Canto Verde (CE) as a practice to mitigate social inequalities in the local community. As a methodological path, we adopted research of a basic, exploratory, qualitative type. Prainha do Canto Verde (CE) is thought of as a spatial cutout and understood as the first Brazilian community to implement Community Based Tourism (TBC), which offered to think about tourism, more accessible and sustainable, as a practice to combat social inequalities of the locality. Thus, it is believed that the sustainability of the initiatives proposes tourism that goes beyond a strictly economic perspective. It promotes transformative education in the locality, in addition to developing hospitality and sustainability. Citizenship and participation must occupy a central place in democratization processes. What imposes the realization that Community-Based Tourism (TBC) can contribute to combating social inequalities in a community and in the Brazilian territory, as a whole, as occurs in the community of Prainha do Canto Verde (CE).

Keywords: Base, community, responsible, sustainability, tourism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Falésias coloridas do Morro Branco, Beberibe (CE)	39
Figura 02: Mapa de localização de Beberibe (CE)	39
Figura 03: Divisão do litoral cearense segundo o PRODETUR.....	42
Figura 04: Localização das comunidades da rede TUCUM	43
Figura 05: Mapa de Localização da Prainha do Canto Verde, Beberibe (CE).	44
Figura 06: Registro das práticas do Turismo de Base Comunitária na Prainha do Canto Verde	46
Figura 07: Alunos com o professor do curso de elaboração do site da Prainha do Canto Verde.	48
Figura 08: Casas para alugar, pertencentes aos moradores da comunidade.	49
Figura 09: Quartos da pousada Refúgios da Paz.....	50
Figura 10: Centro Comunitário da Prainha do Canto Verde.....	51
Figura 11: foto ilustrativa da Rede Bodega.	52
Figura 12: Área litorânea	53
Figura 13: foto ilustrativa.	53
Figura 14: Guia de turismo apresentando o contexto histórico.	54

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Municípios por Nível de IDMH.	29
Gráfico 2: Dados de analfabetismo entre homens brancos e mulheres brancas e negras.	33
Gráfico 3: Dados de atendimento e internação pelo SUS no ano de 2003.	33
Gráfico 4: Dados de pessoas idosas que recebem algum benefício no ano de 2007.	34
Gráfico 5: Dados da taxa de ocupação profissional no ano de 2007.	35

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Especificação das práticas de Turismo de Base Comunitária realizadas no território brasileiro com suas definições.	18
Quadro 2: Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) no Brasil entre 2000 a 2019.	31
Quadro 3: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do Estado do Ceará, 2017.....	38
Quadro 4: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal no Município de Beberibe-CE, onde está localizada a Prainha do Canto Verde. Dados de 2010.	40
Quadro 5: preço e variedades de quartos, da pousada Refúgio da Paz	50

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. O TURISMO COMO FENÔMENO TRANSFORMADOR SOCIAL	14
1.1. O Turismo de Base Comunitária como conceito	15
2. DESIGUALDADES SOCIAIS NO TERRITÓRIO BRASILEIRO.....	23
2.1. Indicadores de desigualdades sociais no Brasil.....	28
2.2. A realidade das desigualdades sociais no recorte da pesquisa: Ceará - CE ..	35
2.3. Caracterização do Município de Beberibe (CE)	38
3. A PRAINHA DO CANTO VERDE E SUAS PRÁTICAS DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA	41
3.1. O Turismo de Base Comunitária no Estado do Ceará (CE)	42
3.2. A Comunidade da Prainha do Canto Verde em Beberibe (CE)	43
3.3. O Turismo de Base Comunitária da Prainha do Canto Verde.....	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59

INTRODUÇÃO

O Turismo de base Comunitária (TBC) está presente em vários continentes, países e tem contribuído para o crescimento de novas formas de se fazer ou praticar turismo (ALCÂNTARA; GRIMM; SAMPAIO, 2018). A cultura do Turismo necessita ganhar novos olhares por parte da sociedade, trazendo novidades para atrair o público em geral. Para dar respostas às novas tendências do turismo mundial (BARTHOLO, 2009).

Sendo assim, o Turismo de Base Comunitária (TBC), pode ser considerado como um Destino Turístico Inteligente (DTI), pois tem como princípio a boa governança e a inovação. Se o destino melhora para o turista, também há uma melhora para o cidadão, além de trazer melhorias para a qualidade de vida da comunidade originária. Essas melhorias podem ocorrer pelas novas tecnológicas colocadas em prática, como pode ampliar os benefícios quanto à acessibilidade, sustentabilidade econômica, social e ambiental. Assim, é possível focar na melhoria da gestão do destino trabalhado e também em sua gestão comercial, que é tratada de forma compartilhada pelo Turismo de Base Comunitária, a partir dos moradores locais. O turismo, realizado de forma responsável e sustentável, beneficiando a todos e todas, tal como se pretende com o Turismo de Base Comunitária (TBC), toma como base trazer a responsabilidade para cada um dos atores envolvidos no processo. Os deveres e direitos, oriundos da realização do turismo local, são compartilhados.

A sustentabilidade já era uma tendência antes mesmo do período atual que vivemos, o da pandemia pelo Covid-19, e, agora, passa a ser uma proposta necessária e prioritária para a sobrevivência de comunidades rurais, quilombolas, indígenas ou ribeirinhas, por exemplo. No turismo comunitário há uma relação mais saudável entre homem e natureza. O turismo responsável dentro do turismo comunitário traz distribuição mais igualitária entre emprego e renda; e principalmente, preservação do meio ambiente.

É possível observar, a partir de estudos relacionados ao turismo, que os viajantes, que antes escolhiam centros urbanos e grandes metrópoles históricas, hoje estão optando por experiências relacionadas diretamente com a natureza, e

que, também, possam oferecer práticas de aventura, esporte ou lazer em espaços rurais; tipo as ofertas turísticas que caracterizam o Turismo de Base Comunitária.

A preocupação com o meio ambiente e cuidado com o lixo, por exemplo, intensificaram a proposta de um turismo regenerativo, ou seja, sustentar não é mais o suficiente, é preciso recuperar o espaço natural.

O Turismo de Base Comunitária, assim, propõe um empoderamento da comunidade em suas diversas formas, principalmente em relação ao território, e também, na valorização e preservação de sua cultura, consideradas como práticas urgentes. Evita a expulsão das comunidades locais, excluídas no processo de ressignificação e revalorização das grandes áreas, pois, é considerado um dos setores que mais provocam a gentrificação urbana. A participação da comunidade é importante, para gerar protagonismo e renda. Entendido como uma oportunidade de gerar e agregar cultura, com as relações entre turistas e moradores locais, possibilita também trocas de conhecimento.

No Brasil, o Turismo de Base Comunitária teve suas primeiras iniciativas na década de 90, tendo a Prainha do Canto Verde (CE) como a primeira comunidade que propôs a iniciativa de turismo comunitário aqui no Brasil. A Prainha do Canto Verde é uma referência de turismo comunitário, nacional e mundial.

Assim, tomou-se prioritário para esta pesquisa, entender os pressupostos conceituais do Turismo de Base Comunitária (TBC), a fim de entender como esta prática pode contribuir para o combate à desigualdade social tão presente, de forma violenta, em muitos estados do Brasil.

Durante o curso de turismo, realizado no Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília, foi possível enfatizar o turismo como fenômeno social e potente para a valoração dos sujeitos e melhora das situações econômicas e sociais dos territórios onde são efetivados. O desafio em promover um turismo além do viés econômico surgiu de forma bastante crítica em muitos debates e construções do conhecimento, o que motivou a realização desta pesquisa sobre o Turismo de Base Comunitária (TBC), tomando como hipótese o turismo como forma de promover o combate à desigualdade social no país. O turismo como uma opção de lazer e, também, como promotor de uma educação transformadora, através das práticas dos sujeitos emancipados na localidade, pautados nas práticas da hospitalidade e da sustentabilidade para o benefício coletivo geral.

A principal motivação, portanto, surge pela preocupação de propor uma forma de aplicabilidade do turismo de forma social, visando a auto-gestão e a sustentabilidade da comunidade, e não apenas o viés da transformação do território onde o turismo se faz como ator de desenvolvimento econômico.

Neste sentido, o objetivo geral da pesquisa é analisar o Turismo de Base Comunitária (TBC) na Prainha do Canto Verde (CE), como uma possível proposta prática para o combate às desigualdades sociais no território brasileiro.

De forma mais específica, buscou-se como objetivos específicos (1) investigar o turismo como fenômeno transformador social, a partir do aporte do Turismo de Base Comunitária (TBC); (2) analisar as desigualdades sociais na formação do território brasileiro, a partir de um apanhado histórico desde a colonização aos dias atuais; (3) e apresentar o Turismo de Base Comunitária da Prainha do Canto Verde (CE) como uma prática mitigadora das desigualdades sociais na comunidade local.

Sendo assim, o percurso metodológico da pesquisa se faz pelo caráter básico, exploratório, do tipo qualitativo.

Conforme Gil (2002), a pesquisa básica consiste em trabalhos e pesquisas que buscam, principalmente, responder perguntas para ampliar o conhecimento que temos do mundo, e tudo o que o forma. Deve ser motivada pela curiosidade e suas descobertas devem ser divulgadas para toda a comunidade, possibilitando assim a transmissão e debate do conhecimento.

Ainda embasado nas teorias de Gil (2008), é possível compreender a pesquisa exploratória como aquela desenvolvida com o objetivo de proporcionar uma visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa pode levantar hipóteses para estudos posteriores e tem como finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias pré-estabelecidas. Habitualmente, envolvem levantamento bibliográfico, documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso, por exemplo.

Entende-se por pesquisa qualitativa a que não é traduzida em números, na qual pretende verificar a relação da realidade com o objeto de estudo, obtendo várias interpretações de uma análise indutiva por parte do pesquisador (DALFOVO; LANA; SILVEIRA, 2008).

Durante todo o percurso, foram utilizadas fontes bibliográficas e documentais, artigos, notícias de jornal em sites e portais de notícias, que contribuíram para uma

compreensão dos conceitos e das práticas efetivadas no recorte espacial aqui adotado. Segundo Gil (2002), pesquisa bibliográfica é elaborada a partir de material já publicado, como livros, artigos, teses, periódicos e etc. Já as fontes documentais podem ser entendidas como a pesquisa realizada em materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser feitos novos estudos, de acordo com os objetivos de pesquisa.

Após toda a construção e elaboração da pesquisa bibliográfica, foi feita uma revisão de literatura, onde ocorreram interpretações das teorias interpretativas aqui trabalhadas, sobre o Turismo de Base Comunitária, as desigualdades sociais no Brasil e como as práticas se efetivam na Prainha do Canto Verde (CE), o que reuniu as referências que forneceram todo o embasamento teórico para o trabalho.

O site da Prainha do Canto Verde (CE), se fez como a principal fonte de pesquisa para todo o debate deste trabalho, contribuindo para a análise do Turismo de Base Comunitária (TBC) como prática mitigadora das desigualdades sociais da localidade estudada.

Sobre os dados da Desigualdade Social do país, tomou-se como referências os manuais, boletins e portais eletrônicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Vale ressaltar o desafio e dificuldades que passamos todos, em se efetivar um trabalho de conclusão de curso durante a pandemia, a qual vivenciamos atualmente, do Covid-19. Todas as cargas, emocional e psicológica, da crise pandêmica, política e econômica que o país sofre também intensificam as dificuldades. Assim, agradeço a compreensão e humildade para com este trabalho que não se totaliza por si, exigindo um movimento, mais adiante, para ampliar os debates e aprofundar ainda mais no tema tão urgente e necessário aqui trabalhado: o Turismo de Base Comunitária.

1. O TURISMO COMO FENÔMENO TRANSFORMADOR SOCIAL

Para se fazer um bom estudo sobre turismo é necessário conceituá-lo, ou seja, o turismo é conceituado de acordo com Netto (2017), como sendo, elementos do senso comum ou não. Os conceitos e ideias mais encontrados são: férias, viagem, descanso, lazer e prazer, fuga da realidade, gerador de emprego e renda, difusor de cultura entre os povos, soma de fenômenos resultantes da viagem, “indústria” verde ou “indústria” sem chaminés, atividade econômica que mais cresce na atualidade, deslocamento do sujeito para fora de seu lugar habitual de residência e retorno ao seu local de origem.

Neste presente trabalho daremos enfoque ao turismo, como fenômeno social, econômico e, sem esquecer jamais, do enfoque ambiental, que talvez seja o mais importante para sociedade em tempos atuais, devido ao aumento das tragédias e desmatamentos ambientais, geradas pela ação humana, e também tempos futuros, pensando nas próximas gerações.

De acordo com Netto (2017) o turismo está relacionado com possibilidade de inclusão social; desenvolvimento de ações para minimizar seus impactos negativos e maximizar os positivos; coleta e análise de dados qualitativos e quantitativos; produção de conhecimentos críticos na busca de sua melhor compreensão; implantação de políticas públicas de turismo; estudos interdisciplinares que envolvam a sociedade em todos os seus aspectos econômicos, políticos, culturais, sociais e ambientais; na busca de resolução de algum problema causado pelas viagens; além de análise e previsão de tendências de desenvolvimento do turismo.

Moesch (2013), ao propor um avançar no debate sobre a epistemologia do Turismo, que é o estudo do conhecimento sobre o turismo, o qual fortalece as relações entre o sujeito e o objeto, aqui o fazer turismo, propõe uma mudança de paradigma ou seja, de uma atividade econômica, o turismo passa a ser observado como uma prática social.

A partir desta ruptura do paradigma, novas práticas turísticas exigem novas práxis turísticas (MOESCH, 2013).

Conforme Beni (2019), o Turismo passa a ser observado como um sistema aberto, que não pode ser estudado isoladamente. Sistêmico e dividido em subsistemas que interagem entre si. Essa abordagem sistêmica é pautada nas

teorias de Morin (2001), o qual apresenta a construção do objeto da ciência do turismo com suas complexidades, o convida a substituição do princípio reducionista e a articulação de forma organicamente, desde o singular ao múltiplo, desde o todo e as partes, desde o sujeito (observador) e o objeto (sistema observado).

A preocupação de conceber o turismo enquanto fenômeno social, a partir de suas complexidades e relações práticas, além de produto que alimenta o sistema capitalista, nos convida a resgatar o conceito de turismo a partir dos autores aqui referenciados, entendendo-o como um fenômeno social que sempre deve ser atualizado e revisto, para que tenhamos sempre parâmetros atuais e consistentes. Assim, podemos entender o turismo como um fenômeno social, e também, transformador dos sujeitos e territórios, no sentido de mudar para melhor a vida das pessoas, quando este é aplicado com responsabilidade e sustentabilidade.

Portanto, entende-se o conceito de turismo uma construção sistêmica e complexa, que exige cuidado para sua construção teórica e rigor científico para a sua abordagem crítica. Portanto, a presente análise se pautará nessa visão acadêmico-científica que exige rigor metodológico e pensamento crítico em sua construção.

A partir da compreensão do conceito turismo, podemos nos aproximar do Turismo de Base Comunitária (TBC), que no Brasil, iniciou-se no decorrer da década de 90, tendo a Prainha do Canto Verde - CE - como pioneira na implantação dessa prática turística aqui no Brasil, o que justifica a escolha como objeto de estudo deste trabalho acadêmico.

1.1. O Turismo de Base Comunitária como conceito

O Turismo de Base Comunitária (TBC), antes de conceituá-lo, devemos ressaltar, que trata de um turismo que tem como prioridade, a preservação territorial e cultural, a identidade local, a hospitalidade, e a solidariedade entre os seus praticantes, ofertantes e gestores, que são na maioria das vezes, moradores de comunidades ribeirinhas, indígenas, quilombolas, e de pescadores, dentre outras características sociais.

Dentro das práticas do Turismo de Base Comunitária (TBC), também podemos destacar outras relações teóricas que contribuem para o fazer turismo de

forma sustentável e responsável socialmente, tal como as relações étnicas e sociais, relacionadas às questões de classe e trabalho/renda.

Conforme Alcântara, Grimm e Sampaio (2018), esta vertente do turismo, compreendido como um fenômeno social, está presente em vários continentes e países, e tem contribuído para o desenvolvimento de novas formas do fazer turismo.

A partir dos pensamentos de Fabrino (2013), os quais identificam os componentes recorrentes no estudo do TBC, sob a ótica de seus pesquisadores ou atores relacionados (Academia, Governo, ONGs, etc), a análise profunda sobre a prática possibilita identificar seis elementos-chave, que são eles: (i) dominialidade, (ii) organização comunitária, (iii) democratização de oportunidades e repartição de benefícios, (iv) integração econômica, (v) interculturalidade e (vi) qualidade ambiental.

Dos seis elementos-chave listados, apenas dois devem ser considerados como aspectos constituintes do Turismo de Base Comunitária, conforme Fabrino (2013), que são: a dominialidade e a organização de base comunitária. Esses dois elementos-chave são os que mais aparecem na prática de forma direta, pois as demais surgem pela superficialidade das relações nas comunidades.

De acordo com Fabrino (2013), a dominialidade, na qual a comunidade faz um pacto em defesa de suas propriedades, ocorre quando todos se comprometem a não vender suas terras ou imóveis ou, se for necessário, se submetem à apreciação da comunidade.

Ainda sobre a dominialidade, Fabrino (2013) apresenta outra forma de atuação, a partir da transformação do território em uma área protegida (caso verificado na prainha do Canto Verde, conforme a autora). A responsabilidade de gestão e planejamento do território cabe à própria comunidade, o que fortalece a organização comunitária.

O segundo elemento-chave é a organização comunitária, ou seja, movimento que se apresenta dentre as comunidades do Turismo de Base Comunitária, que demonstra sempre existir alguma forma de organização, em torno da proposta (presença de organizações baseadas no associativismo, conforme a autora).

Entretanto, segundo Fabrino (2013), o Turismo de Base Comunitária não tem força e nem capacidade suficientes para organizar uma comunidade em sua totalidade, mas sim, promover a organização como uma proposta que surge e se

desenvolve no seio da comunidade, dentro dos seus princípios e normas de conduta e gestão. Este entendimento, segundo Fabrino (2013), torna-se indispensável para a compreensão de que o Turismo de Base Comunitária não é capaz de atender todas as realidades, mas, uma atividade que emerge em “paisagens sociais” com história e conquistas, decorrentes da mobilização, protagonismo, e participação dos membros das comunidades. Tal posicionamento nos ajuda a compreender a dominialidade e a organização comunitária como os componentes mais presentes e recorrentes no TBC.

Para Zaoual (2000), com as transformações sociais da era moderna e a própria inovação tecnológica em violento crescimento, a demanda turística tornou-se mais exigente, variada e variável. Ela tende a se focar, cada vez mais, na qualidade de vida dos sujeitos e exprime as necessidades de uma valorização cultural e do meio ambiente. Os turistas procuram verdadeiros sítios que combinam a autenticidade e a profundidade do intercâmbio intercultural, com a harmonia da natureza e da memória, integradas aos lugares visitados.

Segundo Bartholo (2009), a escolha de um turista a um destino com características culturais, naturais ou étnicas, presentes no Turismo de Base Comunitária, por exemplo, pode ser comparada a escolha de um viajante em busca de um sítio ou pequena fazenda que lhe remeta à aproximação ao rústico, ao tempo lento e ao descanso, pois existe neste encontro do sujeito com o lugar uma possibilidade de dividir, com os moradores autóctones do local, experiências de sentidos que ali se darão, pois os sítios são comunidades de sentidos que:

[...] impregnam o conjunto das dimensões dos territórios da vida, como relação ao tempo, à natureza, ao espaço, ao habitat, à arquitetura, ao vestuário, às técnicas, ao saber fazer, ao dinheiro, ao empreendedorismo etc. Antes de se materializar nos feitos e nos gestos dos atores ou em qualquer outra materialidade visível ao olho nu, os sítios são entidades imateriais fornecedoras de balizamentos para os indivíduos e organizações sociais (ZAOUAL, 2000 *apud* BARTHOLO, 2009, p.52).

Para Lobato (2013), o Turismo de Base Comunitária surgiu no ano de 2003, durante o 1º Fórum Internacional de Turismo Solidário, que ocorreu na cidade de Marselle, na França. O autor ainda apresenta que em 2006, aconteceu o 2º Fórum na cidade de Chiapas, no México. Além destes, na cidade de Bamako, em Mali, aconteceu em 2008 o 3º Fórum. Todos esses três eventos são reconhecidos como

“marco-teórico” dos debates sobre o conceito Turismo de Base Comunitária, que hoje consideramos objeto de estudo para esta pesquisa.

No Brasil, o Turismo Comunitário surge no 1º Encontro Nacional de Turismo de Base Local (ENTBL), realizado em São Paulo, no ano de 1997, de acordo com Lobato (2013).

Hoje, o Turismo de Base Comunitária (TBC) está adquirindo importância não apenas entre as comunidades, organizações não governamentais (ONGs) e movimentos sociais, mas, também, no âmbito científico, como objeto de estudo relacionado à mobilização e participação social. De acordo com Hallack; Burgos; Carneiro (2011), esta tendência está acompanhada pelo interesse do Governo Federal, que, a partir das diretrizes do Plano Nacional do Turismo (PNT 2007-2010¹) confirmou compromisso com o desenvolvimento local e a inclusão social, por meio da promoção e fomento de projetos turísticos, programas e experiências de turismo de base comunitária no Brasil (HALLACK; BURGOS; CARNEIRO, 2011).

Para melhor compreender as ações do Governo Federal nas práticas do Turismo de Base Comunitária no território brasileiro, Hallack, Burgos e Carneiro (2011) apresentam um quadro síntese com as definições e segmentos das práticas propostas.

Quadro 1: Especificação das práticas de Turismo de Base Comunitária realizadas no território brasileiro com suas definições.

SEGMENTO	INSTITUIÇÃO / INICIATIVA	TERMINOLOGIA	DEFINIÇÃO
Projetos	Projeto Bagagem	Turismo Comunitário	Atividade turística que apresenta gestão coletiva, transparência no uso e destinação dos recursos e na qual a principal atração turística é o modo de vida da população local. (http://www.projetobagagem.org)

¹ O Plano Nacional de Turismo de 2007 a 2010 foi o primeiro Plano Nacional de gestão do turismo no território brasileiro, que confirmou o compromisso da Gestão Federal com o desenvolvimento local e a inclusão social em comunidades, como prioridades da prática turística brasileira.

SEGMENTO	INSTITUIÇÃO / INICIATIVA	TERMINOLOGIA	DEFINIÇÃO
	Projeto Saúde e Alegria	Ecoturismo de Base Comunitária	Baseada nos princípios da economia solidária, apresenta-se como oportunidade importante de atividade integrada à valorização de práticas sustentáveis de uso dos recursos naturais e de promoção da interculturalidade. (http://www.saudeealegria.org.br)
Experiências	Fazenda Modelo Quilombo D'oiti	Turismo Étnico de Base Comunitária	Modelo de desenvolvimento alcançados em princípios democráticos cuja participação de membros da comunidade predomina em todo processo decisório e garante que a atitude turística seja um fortalecedor de ancestralidade. (http://turismoafro.com.br)
	Prainha do Canto Verde	Turismo Comunitário	Oportunidade para aperfeiçoar a organização comunitária, o desenvolvimento local e a co-gestão para preservar o patrimônio natural, cultural e as formas de vida tradicionais das comunidade e do seu território. (http://prainhadocantoverde.org)
Redes	TUCUM – Rede Cearense de Turismo Comunitário	Turismo de Base Comunitária	Baseado na gestão comunitária ou familiar das infraestruturas e serviços turísticos, no respeito ao meio ambiente, na valorização da cultura local e da economia solidária e controlado de maneira efetiva pelas populações locais. (apud Sansolo&Bursztyn, 2009, p.147)
	TURISOL – Rede Brasileira de Turismo Comunitário	Turismo Comunitário	Forma de organização empresarial sustentada na propriedade do território, na autogestão dos recursos comunitários e particulares com práticas democráticas e solidárias no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados do encontro cultural com os visitantes. (apud Sansolo&Bursztyn, 2009, p.147)
Governos	Ministério do Turismo (MTur – Brasil)	Turismo de Base Comunitária	Modelo alternativo de desenvolvimento turístico baseado na autogestão, no associativismo/cooperativismo, na valorização da cultura e, principalmente, no protagonismo das comunidades locais, visando a apropriação por parte destas comunidades dos benefícios advindos do desenvolvimento da atividade turística. (2008, p.01)

SEGMENTO	INSTITUIÇÃO / INICIATIVA	TERMINOLOGIA	DEFINIÇÃO
Academia	Maldonado	Turismo Comunitário	Forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários e de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos. (2009, p.31)
	Coriolano	Turismo Comunitário	Aquele em que as comunidades de forma associativa organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo. (2009, p.282)
	Sampaio et al.	Turismo Comunitário, Solidário e Sustentável	Estratégia de sobrevivência e comunicação social de conservação de modos de vida e preservação de biodiversidade, organizada associativamente em territórios, como arranjos socioprodutivo e político de base comunitária, que se valem do consumo solidário de bens e serviços. (2011, p.27)

Fonte :Hallack, Burgos, Carneiro, 2012, p.12

Para Irving (2009), um novo olhar sobre o TBC, surge no âmbito nacional e internacional, devido a diversos fatores: (i) a interpretação política como alternativa para inclusão social; (ii) o fortalecimento de temas como participação social e a governança democrática; (iii) a existência do capital social; (iv) a inclusão do turismo em pautas de ONGs de alcance internacional; (v) mudança sutil no comportamento de turistas, mais comprometidos com a responsabilidade social e ambiental; (vi) a constatação de que o desenvolvimento turístico, por vezes, não favorece as populações locais; (vii) além da emergência do debate sobre “turismo e sustentabilidade”. Estes sete alicerces demonstram a importância do Turismo de Base Comunitária para o fazer turismo e, posteriormente, para a sociedade em geral.

Os primeiros registros de experiências de TBC no Brasil datam de meados da década de 1990, e foram organizados independentes das ações do poder público. Em 2003, com a criação do Ministério do Turismo (MTur), estas iniciativas foram reconhecidas como fenômeno social e econômico. No início o MTur atendeu

demandas isoladas, mas, posteriormente, pesquisadores do tema e representantes de iniciativas pleitearam uma ação articulada do poder público, que resultou no edital de chamada pública de projetos nº1/2008, conforme apresentam Hallack, Burgos e Carneiro (2011).

Segundo Ricco (2012), desde que o efeito da globalização se fez sentir, as comunidades tiveram a necessidade de passarem a interferir em seu próprio crescimento, em busca de dinamismo nas atividades econômicas locais, e a lutar por uma melhor distribuição de riqueza e renda.

De acordo com Sampaio (2005), devemos conceber o turismo como um fenômeno humano, isto é, mais totalizante do que um fenômeno apenas predominantemente cultural, para poder escapar da perspectiva do lazer e da cultura condicionados pelo utilitarismo econômico vigente. Usando esse pressuposto, espera-se superar o reducionismo economicista da chamada “indústria do turismo” ou do denominado “turismo de massas”. O autor ainda relata que o turismo é uma relação dinâmica humana e, de acordo com essa dinâmica, novos modos de ação humana surgem, ao mesmo tempo que modos tradicionais estão desaparecendo (SAMPAIO, 2005). Cria-se a partir daí uma lacuna que deve ser preenchida. Assim, deve-se incorporar ao debate científico outras racionalidades, além da utilitarista econômica, onde possa emergir saberes locais e conhecimentos originários, incutidos nas comunidades autóctones.

Destacando-se como exemplo, deste tipo de turismo almejado, a Prainha do Canto Verde é um lugarejo de pescadores e rendeiras, com cerca de 1,2 mil habitantes, localizado no município de Beberibe, próximo a capital do Estado do Ceará, Fortaleza, na região nordeste do Brasil. Diante de uma luta comunitária contra a grilagem de suas terras, foi criada em 1989, a Associação Comunitária do Canto Verde, que contribuiu para a luta contra os avanços do agronegócio e da especulação imobiliária. Desde então, a Associação vem combatendo também outros problemas na área, como a pesca predatória, o turismo de massas e a falta de apoio do Governo Estadual, conforme retrata Mundim (2004 *apud* SAMPAIO, 2005).

Sendo precursora do turismo comunitário brasileiro, a Prainha do Canto Verde (CE) é reconhecida como o mais significativo exemplo do território brasileiro, por realizar um turismo comunitário, solidário, humanizado e hospitaleiro, características

reconhecidas por Krippendorf (1989) como Turismo Humanizado, o que justifica a escolha como estudo de caso para o trabalho.

O que vem chamando à atenção na prática aqui referenciada é a implantação de um turismo socialmente responsável, para melhorar a renda e o bem-estar dos moradores e, ao mesmo tempo, preservar os valores culturais e as belezas naturais da região (SAMPAIO, 2005), características estas que serão mais detalhadas no capítulo 3.

2. DESIGUALDADES SOCIAIS NO TERRITÓRIO BRASILEIRO

Como observado no capítulo anterior, o Turismo de Base Comunitária também surge nos territórios como alternativa para o fortalecimento de práticas como a inclusão e participação social, a valorização dos sujeitos autóctones e sua cultura, além da integração dos turistas nas relações sociais, ambientais, espaciais, econômicas e políticas do lugar. Sua prática se faz devido às enormes discrepâncias na distribuição de renda e desigualdades sociais, presentes desde o contexto histórico da colonização pela Coroa Portuguesa.

De acordo com a leitura de Gohn (2019), podemos afirmar que as principais causas da desigualdade social no Brasil seriam a falta de acesso à educação de qualidade, o desemprego, os baixos salários, a política fiscal injusta e a dificuldade ao acesso aos serviços públicos essenciais, como educação, saúde, transporte, saneamento básico, segurança pública, lazer, cultura, entre outros.

Buscando aprofundar o entendimento das desigualdades sociais, pode-se encontrar em Costa (2019) que o coeficiente de Gini - identificado como um importante índice de medição das desigualdades sociais e do nível de concentração de renda - contribui para a sua identificação nos territórios. Ele varia de 0 a 1 e, quanto maior o índice, maior também é a desigualdade social. Esse índice recebe este nome, devido ao seu criador, que elaborou o conceito aqui tratado em 1912, o estatístico italiano Corrado Gini.

A definição mais aprofundada de desigualdades sociais pode ser compreendida a partir de Machado (2015), o qual apresenta o conceito como a falta de acesso a bens, recursos e oportunidades, que se estabelecem entre as pessoas, grupos ou populações inteiras.

Da mesma forma, pode-se encontrar em Calado (2015), que a desigualdade social seja interpretada como um fenômeno novo, mas, já existente desde os tempos da colonização. Assim, a desigualdade social - entendida enquanto fenômeno - ganha novos aspectos à medida que o tempo passa, pois, com o dinamismo que movimenta e transforma a sociedade e seus atores partícipes, de tempos em tempos, sofrem transformações de valores, interesses e aspectos sociais. Ainda, segundo Calado (2015), desigualdade social também pode ser entendida como o conjunto de fatores socioeconômicos que atinge grande parte da

população menos favorecida, de maneira que o acesso aos direitos mínimos sociais, como educação e cultura, sejam escassos e limitados. O autor ainda complementa apresentando que além da excludência, as classes menos favorecidas sofrem preconceito e são reprimidas, o que faz com que dificulte ainda mais, a incorporação desses sujeitos na própria sociedade.

Sales (1994) contribui com as reflexões sobre o termo (a partir da colonização) apresentando que desde o período colonial, no âmbito da sociedade escravocrata, o fenômeno se faz de forma prática na sociedade. Para o autor, as características deste período se fazem a partir dos homens livres e pobres, que sofriam processos de subjugação e violência, de acordo com os interesses dos senhores de terras e de alto poder aquisitivo. O fenômeno, assim, se inicia no período colonial com a violenta chegada dos Portugueses em busca da apropriação de novas terras e exploração dos recursos naturais do território, hoje Brasil. O território, portanto, é tratado como colônia de exploração, onde os colonizadores imputaram as práticas de seus dogmas culturais e religiosos aos habitantes originários que nele já existiam, os indígenas.

Para Siqueira (2009), a partir do século XVI, Portugal passava por conflitos internos, entre as práticas da virtude de uma nova ordem burguesa e a prática tradicional da Igreja Católica, o que influenciou a prática de contradições na colônia. A escravidão, o latifúndio e a monocultura firmaram-se como meios de produção, determinando a economia e as bases sociais da sociedade colonial. O modelo produtivista da época, baseado no tráfico de escravos, na exploração de recursos e na submissão da população nativa à força da Coroa, contribuiu para que a classe dominante permanecesse no poder.

Siqueira (2009) ainda reforça destacando que:

[...] entre os dirigentes da colonização, em seus vários setores - o clero, a família patriarcal, a massa trabalhadora escrava e os pobres livres -, legitima-se a estrutura social da colônia, que foi "avultando com o tempo o número de desclassificados, dos inúteis e inadaptados: indivíduos de ocupações mais ou menos incertas e aleatórias ou sem ocupação alguma" (PRADO JÚNIOR, 1996 *apud* SIQUEIRA, 2009, p. 6).

No século XVII, é possível destacar nas abordagens de Siqueira (2009), que há um grande aumento nas práticas da pecuária, da produção de monoculturas e de sistemas agrários que contribuíram para o aumento e o domínio dos centros urbanos administrados pela colônia (e seus modos de colonização). O grande aumento dos

latifúndios no nordeste brasileiro e o avanço da ocupação colonizadora para o centro do território, ajudaram ao avanço das fronteiras, tendo como instrumento o extermínio ou a escravização das populações indígenas.

A ação dos bandeirantes, nesse período, era considerada como um ato de bravura (pelos colonizadores), representando em algumas obras (hoje ainda estudadas) como desbravadores do território brasileiro; que investiram corajosamente sobre os sertões, como heróis protetores da construção territorial do país. Sem mencionar, muitas vezes, o violento movimento de extermínio de muitos indígenas e a destruição de comunidades inteiras nesse percurso.

Assim, conforme Siqueira (2009), houve uma generalização do sistema de arrendamentos que permitiu a constituição de grandes latifúndios, em virtude da apropriação e monopolização precoce das terras, ampliando os poderes nas mãos de poucos e a pobreza de muitos.

Dessa forma, a pobreza no Brasil se enraíza e só foi aumentando, chegando no século XVIII agrupando os chamados por Siqueira (2009) de “desclassificados sociais”, ou seja, os reconhecidos hoje como negros livres, mestiços, brancos sem trabalho e/ou biscateiros, mendigos, bastardos, e filhos oriundos de mães solteiras. Neste período ainda havia a legitimação dessa população pela cultura de “irmandade de misericórdia”, fundamentada pelos dogmas católicos, que valorizavam o elogio à pobreza. Essa cultura contribuiu para o estigma destes sujeitos na sociedade, fazendo com que não houvesse a preocupação com os pobres, pois estes seriam amparados pela irmandade cristã. Conforme Siqueira (2009), no projeto colonizador havia duas práticas: a humanista cristã e a agro-mercantil-escravista. Essas duas práticas contribuíram, ao passar do tempo, para uma não preocupação de se resolver o problema da pobreza e das desigualdades sociais.

Na modernidade, assistiu-se a um novo modelo de pauperização: a pobreza sócio-industrial. Com a Revolução Industrial (vigente no período) houve uma valorização do trabalho, visto agora como elemento transformador social. Para Souza Neves (2003), a virada do século XIX para o século XX representa o surgimento de novos protagonistas econômicos, como é o caso da Inglaterra (berço da revolução industrial e precursora de novas mudanças sociais), a qual era considerada a potência hegemônica que subordinou os demais países para atender

seus interesses econômicos e industriais. Boa parte dos novos países latinos, entre eles o Brasil, estava independente nesse período, mas, economicamente, continuava subordinado à Inglaterra. Essa subordinação contribuiu para uma intensificação das desigualdades sociais nos territórios.

No século XX, após a segunda guerra mundial, os EUA se tornam a grande potência mundial, e o Brasil passa a ser subordinado ao imperialismo americano, devido aos acordos de boa vizinhança econômica e os modos de vida consumista da população norte-americana, os quais contribuíram para o endividamento financeiro do Brasil. Estes acordos vinham carregados, ideologicamente, com o discurso de livrar os territórios latino-americanos da influência comunista, oriunda do período pós-Guerra Fria.

A construção de Brasília, nova capital federal, e o aumento do controle do território pela efetivação das grandes rodovias, por exemplo, contribuíram e reforçaram o posicionamento econômico de endividamento do governo brasileiro com os EUA, o que promoveu um aumento das desigualdades sociais no país. Com a globalização e as novas formas de se refletir a política e o desenvolvimento, muito se buscou para transformar a posição econômica-social do Brasil.

Segundo Rocha (2013), o Brasil passou a traçar uma luta contra as desigualdades sociais. Os períodos que melhor representam essa efetivação econômico-política-social foram os Governos Lula e, da mesma forma, os Governos Dilma, nos quais o Brasil assiste a uma queda do número de sujeitos situados na margem da pobreza, saindo de 68,3%, em 1970, para 10,1%, em 2011. Essa mudança ocorre devido a implantação de uma política de distribuição de renda e amparo financeiro às famílias mais pobres. A distribuição de renda, tinha como objetivo principal o fim da extrema pobreza e a diminuição das desigualdades sociais.

Nesses governos, as desigualdades sociais tiveram uma redução significativa devido os processos econômicos adotados (como o aumento do preço das commodities, o movimento de crescimento do mercado de trabalho, o aumento do número de universidades - junto com a política de cotas raciais -, a política de correção do salário mínimo, além das políticas de redução da pobreza, a partir dos programas de transferência de renda para os mais pobres - o bolsa família), o que favoreceu ao aumento do poder de compra da população brasileira, aquecendo a

economia do país (COSTA, 2019). Essas mudanças se apresentaram como uma verdadeira revolução social, se comparadas com o que ocorreu no Governo Temer, e posteriormente, no Governo Bolsonaro - governos estes reconhecidos nacionalmente pelo descomprometimento com os mais pobres.

Com o processo de impeachment da presidenta Dilma, no ano de 2015, e a posse do vice-presidente Michel Temer, o país então volta a sofrer com a desigualdade social e a exorbitante segregação da população menos favorecida, o que retrocedeu o país de volta ao mapa da pobreza mundial - e vê às voltas da extrema pobreza (SILVA, 2020).

No ano de 2019, deu-se início a pandemia mundial pelo Corona Vírus (COVID-19), que se tornou um problema de saúde pública global, imprimindo uma nova dinâmica na economia mundial. No Brasil, o isolamento social iniciou em 2020 e promoveu rápidas mudanças no mercado de trabalho, com impactos mais severos para 37,3 milhões de pessoas que vivem na informalidade (COSTA, 2020).

Assim, a pandemia causou um aumento nas desigualdades sociais brasileiras, além de impactar bastante negativamente a economia. Isso demonstrou a vulnerabilidade que afeta a maioria da população, em particular a que reside nas periferias das metrópoles e nas regiões que concentram a pobreza, além de aumentar o abismo entre os ricos e pobres, que se mantém imenso no Brasil.

Almeida, Lüchmann e Martelli (2020) contribuem para o debate apresentando que o maior número de mortes por COVID-19 está entre os mais pobres do Brasil, sendo em sua maioria formada pela população de negros e com baixa escolaridade.

Assim sendo, vemos que o problema da pobreza no Brasil é mais um problema de gestão, do que um problema econômico. A pobreza no país foi fruto de bastante exploração, preconceito com pobres, e mulheres, e principalmente, pela falta de investimento nos setores sociais, tais como a saúde, a educação, o trabalho e o lazer (SILVA, 2020).

Para Silva (2020), a pobreza é uma mazela social totalmente desnecessária, pois condena jovens e adultos a viverem uma situação aquém do pleno desenvolvimento humano. Uma parcela da população é condenada a viver na mesma condição social de gerações passadas, reproduzindo padrões de vida insatisfatórios. Enfim, a pobreza torna a sociedade enrijecida, no sentido de bloquear a mobilidade social de parte da população.

Por considerar que ao setor privado não cabe a responsabilidade única de atender aos objetivos sociais, pois as empresas estão focadas na obtenção do lucro, cabe ao estado (e suas instituições integrantes) combater a pobreza. Assim, o estado se torna responsável em promover investimentos públicos nos vários setores da economia do território; visando a geração de renda, a ampliação dos postos de trabalho e a melhoria da qualidade de vida da população em condições de pobreza (SILVA, 2020).

Portanto, é possível reconhecer que as desigualdades sociais não estão relacionadas apenas às questões econômicas, mas acontecem quando há desrespeito às comunidades autóctones, às populações indígenas, às comunidades quilombolas, o aumento do preconceito racial se faz presente, juntamente com o desrespeito às mulheres, o machismo que impera historicamente, além da falta de educação das populações menos favorecidas. Acredita-se, portanto, que a educação é um dos fatores primordiais para a redução das desigualdades sociais nos territórios, principalmente no Brasil.

2.1. Indicadores de desigualdades sociais no Brasil

Para entender a forma como as desigualdades sociais impactam no território brasileiro, pode-se associar os dados referentes ao banco de informações do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a partir do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), com as análises realizadas por Pinheiro *et al.* (2009), as quais indicam que o Brasil é reconhecido como um país marcado por desigualdades: sociais, econômicas, regionais, etárias, educacionais, e também, as desigualdades de gênero/raça.

Conforme os dados do IPEA (2013), o Brasil foi considerado um país de “alto desempenho” pelo Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. O documento ainda conceitua o Desenvolvimento humano como um “processo de ampliação das liberdades das pessoas, no que tange suas capacidades e as oportunidades a seu dispor, para que elas possam escolher a vida que desejam ter” (IPEA, 2013, p. 23).

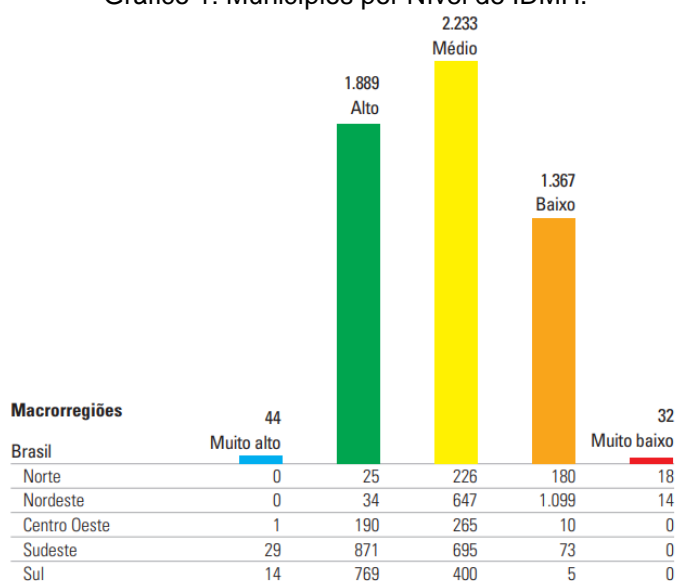
O conceito, bem como sua medida, identificada como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), foram apresentados no ano de 1990, no primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. O IDH reúne três dos requisitos mais importantes para a expansão das liberdades das pessoas: a oportunidade de se levar uma vida longa e saudável – saúde –, ter acesso ao conhecimento – educação – e poder desfrutar de um padrão de vida digno – renda.

A abordagem do desenvolvimento humano, portanto, coloca as pessoas no centro da análise do bem-estar, perspectiva oposta à ideia de desenvolvimento associada ao crescimento econômico. O crescimento econômico de uma sociedade de forma isolada, conforme o IPEA (2013), não se traduz em qualidade de vida. As 3 dimensões do IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) são: longevidade, educação e renda.

No ano de 2013, o documento apresenta que o PNUD Brasil, o IPEA e a Fundação João Pinheiro adaptaram a metodologia do IDH global para calcular o IDH Municipal (IDHM) dos 5.565 municípios brasileiros a partir de dados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE). Assim, o IDHM é um número que varia entre 0 e 1 e quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano do município.

Conforme os dados de 2013 (IPEA), o Brasil alcançou o índice “médio” em 2.233 municípios e o índice “alto” em 1.889 municípios, conforme figura.

Gráfico 1: Municípios por Nível de IDMH.



Fonte: IPEA, PNUD e FJP (2013).

Os valores referenciados são compatíveis com as seguintes categorias: “índice muito alto”, entre 0,800 a 1,000; “índice alto”, entre 0,700 a 0,799; “índice médio”, entre 0,600 a 0,699; “índice baixo”, entre 0,500 a 0,599; e “índice muito baixo”, entre 0,000 a 0,499.

No ano de 2017, os dados do IPEA indicam que o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de todo o território brasileiro toma como média o índice de 0,778, entre a faixa de 0,700 a 0,779, a qual se concentra o valor considerado “alto” do referido índice.

Já o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) possui 16 indicadores organizados em 3 dimensões: “dimensão infraestrutura urbana”, que é a coleta de lixo, água e esgoto inadequados, e tempo de deslocamento casa-trabalho; “dimensão capital humano”, que é a mortalidade infantil, representado por crianças de 0 a 5 anos, fora da escola, que não estudam, não trabalham, de baixa renda, além de crianças de 6 a 14 anos, fora da escola, de mães jovens (entre 10 a 17 anos e sem fundamental, com mais filhos até 15 anos, em situação escolar analfabeta) e de crianças em domicílio em que ninguém tem o fundamental completo; e a “dimensão renda e trabalho”, que é a renda menor ou igual a R\$ 255,00, baixa renda e dependente de idosos, sem ocupação, trabalho infantil, ou ocupação informal, sem ensino fundamental.

A vulnerabilidade social, a que se refere o IPEA, indica a ausência ou insuficiência de recursos ou estruturas (como fluxo de renda, condições adequadas de moradia e acesso a serviços de educação e saúde).

Conforme os dados do IPEA (2021), os Índices de Vulnerabilidade Social são classificados entre as categorias: “muito baixa”, entre 0 à 0,200; “baixa”, entre 0,200 à 0,300; “média”, entre 0,300 à 0,400; “alta”, entre 0,400 à 0,500; e “muito alta”, entre acima de 0,500. A divulgação desses valores, do Índice de Vulnerabilidade Social, serve para orientar gestores no desenvolvimento de políticas públicas adequadas à realidade de cada localidade.

Em 2019 o IVS de todo o território brasileiro estava, em média, em 0,236, que é considerada a categoria “baixa”. E com caracterização detalhada pelos seguintes valores: “infraestrutura urbana” de 0,210; “capital humano” de 0,211 e “renda e trabalho” de 0,285.

O quadro 2, demonstra o crescimento do Índice de Vulnerabilidade Social, entre os anos de 2000 a 2019.

Quadro 2: Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) no Brasil entre 2000 a 2019.

Brasil	Ano	IVS	IVS Infraestrutura Urbana	IVS Capital Humano	IVS Renda e Trabalho
Brasil	2000	0,446	0,351	0,503	0,485
Brasil	2010	0,326	0,295	0,362	0,320
Brasil	2011	0,266	0,235	0,288	0,275
Brasil	2012	0,249	0,221	0,283	0,242
Brasil	2013	0,245	0,217	0,276	0,240
Brasil	2014	0,243	0,222	0,267	0,240
Brasil	2015	0,248	0,214	0,263	0,266
Brasil	2016	0,236	0,204	0,221	0,284
Brasil	2017	0,241	0,204	0,220	0,300
Brasil	2018	0,238	0,203	0,216	0,294
Brasil	2019	0,236	0,210	0,211	0,285

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FIP, 2020.

Os indicadores apresentados pelo IPEA (2020) constataam que houve uma melhora nas desigualdades sociais nos últimos anos, e que houve uma melhora na qualidade de vida das pessoas também. Conforme apresentam as análises, atualmente, a menor categoria que vivencia as desigualdades sociais é a de homens brancos, residentes em áreas urbanas. Já a maior categoria destacada nestes índices é a de mulheres negras, residentes em áreas rurais do país.

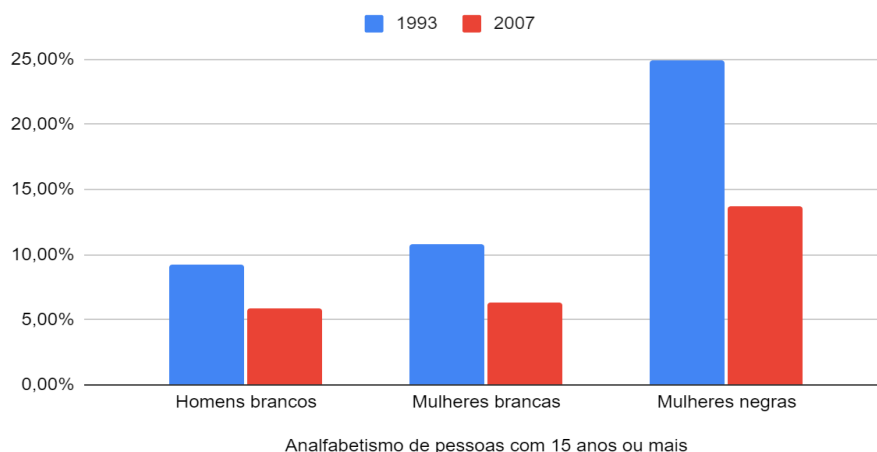
Conforme os dados apresentados pelo IPEA (2013; 2019), estes números oscilam, a partir da característica de cada índice. O IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano) está em queda, e o IVS (Índice de Vulnerabilidade Social) está em alta. Esses indicadores demonstram que devemos estar em alerta em relação às desigualdades sociais no país, pois Governos como do ex-presidente Michel Temer e do atual presidente, Jair Bolsonaro, são reconhecidos nacionalmente pelo descomprometimento com a população mais pobre.

Vale destacar, a partir das análises dos índices do IPEA, que o Brasil interrompeu seus avanços sociais em 2015 (BRASIL, 2017). Conforme o sítio eletrônico do IPEA, o Brasil teve um avanço significativo na redução de vulnerabilidade e exclusão social entre os anos de 2000 e 2010, mas a melhora foi drasticamente reduzida no período entre 2011 e 2015, ano de efetivação do processo de impeachment da Presidenta Dilma Rousseff. O ano de 2015, assim, foi de agravamento da crise econômica no país e intensificação dos altos índices de vulnerabilidade da população.

A partir da compreensão dos dois indicadores analisados, parte-se para os embasamentos de Pinheiro *et al.* (2009), os quais apontam que o legado cultural escravocrata e patriarcal, ainda causam, até os dias atuais, marcas profundas na sociedade. A desigualdade não é neutra, quanto ao sexo e a cor. Assim sendo, devemos aumentar as ações públicas no sentido de enfrentá-las. Dentre estas desigualdades, vamos destacar, as existentes na educação, na saúde, na expectativa de vida, e taxa de desocupação profissional, conforme Pinheiro *et al.* (2009).

Segundo os autores, as políticas educacionais implementadas nos últimos quinze anos tiveram um impacto significativo na melhoria dos indicadores sociais. Em 1993, a taxa de analfabetismo para homens brancos, de 15 anos ou mais, era de 9,2%, caindo para 5,9% em 2007. Entre as mulheres de 15 anos ou mais, a taxa de analfabetismo para as brancas era de 10,8%, em 1993, enquanto para as negras era de 24,9%. Quinze anos depois, conforme os autores, estes percentuais caíram para 6,3% e 13,7%, respectivamente. Mesmo havendo redução, as desigualdades entre grupos raciais ainda são significativas.

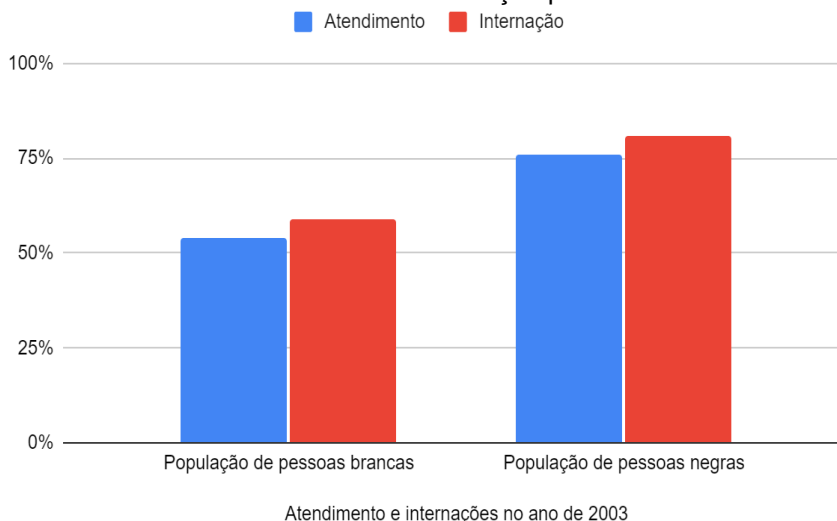
Gráfico 2: Dados de analfabetismo entre homens brancos e mulheres brancas e negras.



Fonte: Adaptado de Pinheiro *et al.* (2009).

Ao se analisar a junção das categorias gênero e raça, tem-se que a melhoria alcançada nestes indicadores, entre os anos 1993 a 2007, não foi capaz de reduzir as desigualdades entre a população analisada. Como, da mesma forma, produziu uma situação em que as pessoas negras sempre apresentaram o maior índice de analfabetismo.

Gráfico 3: Dados de atendimento e internação pelo SUS no ano de 2003.

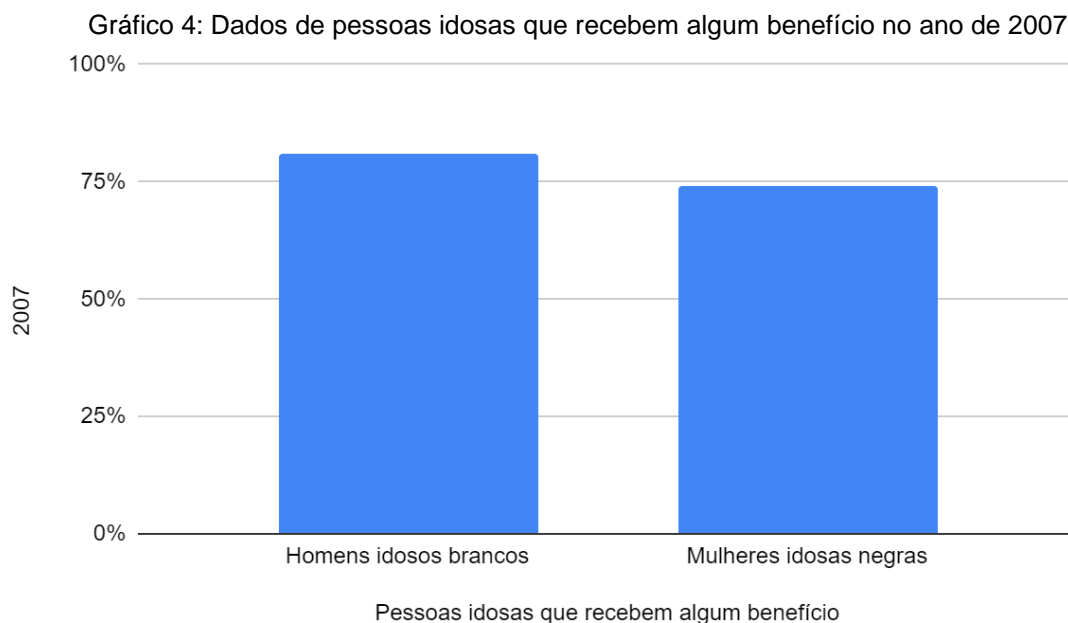


Fonte: Adaptado de Pinheiro *et al.* (2009).

Nos estudos de Pinheiro *et al.* (2009), pode-se também verificar que na saúde, em 2003, o SUS foi responsável por 63,5% do atendimento e 69,3% das internações ocorridas. Quando se desagrega os dados por cor e raça, percebe-se uma diferença significativa entre brancos e negros. Para os brancos, 54% dos

atendimentos e 59% das internações foram cobertas pelo SUS; e para os negros as proporções foram de 76% dos atendimentos e 81,3% das internações, respectivamente. Para os autores, estes dados mostram um forte indício de dependência da população negra pelo SUS.

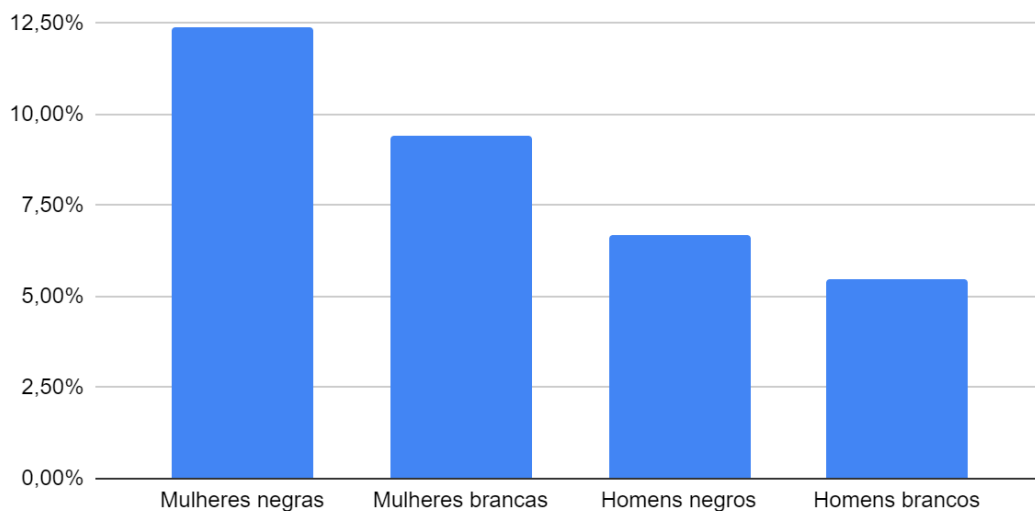
Em relação a longevidade, pessoas com 60 anos ou mais, que recebem algum benefício da previdência, a taxa é uma das mais altas da América Latina. Em 2007, com base no PNAD, Pinheiro *et al.* (2009) apresenta que 76,1% da população idosa recebia algum benefício. No entanto, quando os dados são desagregados por sexo, cor e raça, 81,2% dos homens idosos brancos recebiam algum benefício, enquanto que as mulheres negras eram de 74,1%, mostrando discrepância e desigualdade entre gênero e raça, conforme apresentado pelos autores.



Fonte: Adaptado de Pinheiro *et al.* (2009).

Ainda com Pinheiro *et al.* (2009), ao tratar da taxa de desocupação profissional, que mensura a proporção de desempregados a procura efetiva de emprego, percebe-se que é um indicador revelador das desigualdades, também partindo das categorias de gênero e raça. As mulheres e os negros apresentam os maiores níveis de desemprego, no ano de 2007, sendo as mulheres negras as que são as mais atingidas: estas apresentam uma taxa de desemprego de 12,4%, comparada a 9,4% para mulheres brancas, 6,7% para homens negros, e 5,5% para homens brancos.

Gráfico 5: Dados da taxa de ocupação profissional no ano de 2007.



Taxa de Desocupação Profissional no ano de 2007

Fonte: Adaptado de Pinheiro *et al.* (2009)

Assim sendo, isto demonstra que as desigualdades sociais no território brasileiro se fazem como um problema estruturante, oriundo desde a colonização, e que deixam suas marcas violentas na população até os dias atuais. Vale ressaltar que esse problema estruturante, no Brasil, tem o seu impacto mais visível nas análises relacionadas ao gênero, a raça e a classe social, enfatizando os índices de vulnerabilidade para a população de pessoas negras no país.

2.2. A realidade das desigualdades sociais no recorte da pesquisa: Ceará - CE

Conforme observado no item anterior do trabalho as desigualdades sociais entre as regiões brasileiras são intensas. Seguindo este raciocínio, mais intensas se fazem entre os municípios do Estado do Ceará, por exemplo, principalmente entre aqueles que compõem o interior do Estado, onde predomina a população rural. Estas desigualdades ocorrem pela má distribuição de terras, precariedade de trabalho e oportunidade para a melhoria da vida das populações locais.

Estes problemas, conforme Araújo (2013), trouxeram uma intensificação nos fluxos migratórios rurais em direção a zona urbana, entre os anos 1990, motivados por fenômenos de desemprego, subemprego e precariedade dos serviços sociais.

Os dados apresentados pelo IPEA, em 2001, sobre Fortaleza, confirmam esse posicionamento devido à concentração de 37,3% de pessoas em situação de pobreza, o que posicionava a metrópole brasileira entre as que possuem maior concentração de renda, um grande contraste social que não foi modificado durante o tempo.

Um dos possíveis motivos das desigualdades sociais no Estado do Ceará, segundo Araújo (2013), principalmente nas maiores cidades (como Fortaleza) e nas de médio porte (como Juazeiro do Norte, Sobral, Crato, entre outras) é a migração da população rural para a urbana, uma vez que essa população tem pouca escolaridade e qualificação, conseguindo apenas subempregos com baixa remuneração, causando também uma marginalização de parte dos excluídos e, por consequência, um aumento da violência (ARAÚJO, 2013).

Conforme dados da PNAD (2007), é possível reconhecer o Estado do Ceará como um dos mais pobres do Brasil. Os dados precisos informam que mais da metade (50,9%) de sua população encontra-se abaixo da linha da pobreza, não tendo acesso aos meios necessários para uma sobrevivência humana digna.

Em 2017, os dados indicam que o Estado apresentava o 14º IDHM (0,735) do Brasil, representando uma grande melhora se compararmos com o ano 2000, onde possuía o 7º pior índice de desenvolvimento humano do Brasil. Além disso, apresenta alto grau de concentração de renda, sendo que o coeficiente de Gini (em 2007) estava em 0,55. Os cálculos informam que quanto mais próximo de 1, maior é a desigualdade social entre os indivíduos deste Estado (MACHADO; SILVA; LEMOS, 2010).

Machado, Silva e Lemos (2010), ainda reforçam apresentando que, para o Banco Mundial (no ano de 2003), o Ceará foi vítima de deficiências estruturais inerentes ao Estado: falta de formação profissional, saúde e condições de vida, especialmente entre os moradores mais pobres da área rural; a estrutura desigual da propriedade e bens, além da distribuição de empregos; as instituições fracas e desiguais, em especial histórico de concentração de poder, desigualdade, e (nos anos 80) altos gastos públicos, com o endividamento do Estado; e também de vulnerabilidade ao clima.

Assim, é possível afirmar que estas deficiências contribuíram para o atual quadro de pobreza em que se encontra grande parte da população cearense,

mesmo a região metropolitana de Fortaleza concentrar cerca de 60% do PIB do Estado.

Para Ribeiro, Feitosa e Araújo (2015), o crescimento econômico no Estado, desagregado em nível microrregional, não tem sido em benefício dos mais pobres. A renda dos mais pobres têm apresentado elevação superior à renda dos não pobres, porém, isso não acontece efetivamente. Mesmo havendo crescimento econômico, a desigualdade continua imensa no Estado do Ceará, reafirmam os autores.

Nota-se que o crescimento econômico é pouco eficaz no combate à pobreza, principalmente no meio rural. Isso pode ser explicado, pelo fato de que, mesmo havendo crescimento econômico, ainda há uma imensa concentração de renda no Estado.

Vale destacar que no ano de 2011, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) estabeleceu o valor de renda familiar mensal de R\$ 70,00, por pessoa, como linha de miséria (IBGE, 2010), quando do lançamento do Programa de Erradicação da Extrema Pobreza, do Governo Federal.

De acordo com os dados do IBGE (2010), o Estado do Ceará possuía 17,8% da população cearense classificada como miserável, seguindo o parâmetro do MDS. Em termos proporcionais, o Ceará é o 7º estado da Federação com maior percentual de pessoas classificadas como miseráveis. Dos 16,3 milhões de brasileiros nessas condições, na faixa de renda per capita, 9,24% estão localizados no Ceará.

Sendo assim, Ribeiro, Feitosa e Araújo (2015) afirmam que o Estado do Ceará se posiciona como o 3º com maior contingente de pessoas miseráveis, atrás da Bahia (14,8%) e do Maranhão (10,4%). Este posicionamento demonstra o desafio, nos dias atuais, para que o Governo do Ceará enfrente a concentração de renda e desigualdade social em todo o estado, alterando o seu posicionamento no território brasileiro.

Conforme os dados do IPEA (2020), é possível ainda identificar o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do Estado do Ceará, no ano de 2017.

Quadro 3: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do Estado do Ceará, 2017.

Territorialidades	Posição IDHM	IDHM	Posição IDHM Renda	IDHM Renda	Posição IDHM Educação	IDHM Educação	Posição IDHM longevidade	IDHM Longevidade
Ceará	14º	0,735	14º	0,818	14º	0,717	21º	0,676

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, Pnud Brasil, Ipea e FIP, 2020. Dados do IBGE e de regiões administrativas.

A partir dos dados aqui apresentados, sobre as crescentes e violentas desigualdades sociais existentes no Brasil e, em particular, no Estado do Ceará, pode-se compreender as relações e fatores que contribuem para a prática do Turismo de Base Comunitária nas áreas rurais do Estado, tal como o objeto de análise desta pesquisa: a Comunidade Prainha do Canto Verde, localizada no município de Beberibe (CE).

2.3. Caracterização do Município de Beberibe (CE)

O município de Beberibe localiza-se na região norte cearense, a leste de Fortaleza. A localização litorânea assegura um clima ameno com uma pequena amplitude térmica, apresentando temperatura média anual de 26°C a 28°C, favorecido pela presença dos ventos alísios que sopram nesta região, assegurando uma brisa constante, IBGE (2011 apud RIBEIRO, 2014).

A população total estimada do município no ano de 2021 é aproximadamente de 54.315 habitantes, em uma área de 1.616,39 km² com uma densidade demográfica de 30,37 hab/km².

As principais atividades econômicas desenvolvidas no território destacam-se na agricultura, no setor industrial, no comércio e também no turismo, onde esta última se faz por meio das práticas rurais, que mais dinamizam a economia local.

Os principais atrativos turísticos do município são as falésias coloridas do Morro Branco. Que se caracterizam como um labirinto, formado por 12 tonalidades

diferentes de cores de areias. Essas areias são também utilizadas na confecção de artesanatos, como as garrafinhas de areia colorida, muito difundida no estado.

Figura 01: Falésias coloridas do Morro Branco, Beberibe (CE)



Fonte: <https://cearapraias.com.br/morro-branco-um-labirinto-de-falesias/>

O município de Beberibe se distancia da capital cearense, aproximadamente, 79 km, tendo como acesso à rodovia CE-040, e possui uma faixa litorânea de 54 km de costa, com condições naturais peculiares que conferem grande beleza cênica às suas praias. Conforme Ribeiro (2014), o município recebe cerca de 85.000 mil visitantes anualmente, o que consolida Beberibe como destino turístico de “sol e praia”, além de possuir forte potencial para o Ecoturismo e Turismo Rural.

Figura 02: Mapa de localização de Beberibe (CE)



Fonte: mapasblog.blogspot.com

Conforme os dados do IPEA (2020), é possível ainda identificar que o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do município de Beberibe (CE) se encontra caracterizado como de nível médio, no ano de 2010, a partir do entendimento que as práticas turísticas e comerciais na localidade contribuem para a qualidade de vida dos moradores locais.

Quadro 4: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal no Município de Beberibe- CE, onde está localizada a Prainha do Canto Verde. Dados de 2010.

Territorialidades	Posição IDHM	IDHM	Posição IDHM Renda	IDHM Renda	Posição no IDHM Educação	IDHM Educação	Posição IDHM longevidade	IDHM longevidade
Beberibe	187º	0,638	117º	0,778	206º	0,571	253º	0,585

Elaboração: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FIP, 2020.

Fontes: Dados do IBGE e de regiões administrativas, conforme especificado nos meta-dados disponíveis aqui.

A partir deste reconhecimento espacial, parte-se, assim, para a análise do Turismo de Base Comunitária, praticado na Prainha do Canto Verde (CE), conforme proposto pelos objetivos desta pesquisa.

3. A PRAINHA DO CANTO VERDE E SUAS PRÁTICAS DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

Segundo Coriolano (2003), os limites do desenvolvimento de um território são justificados pela ciência econômica, mas deveria se relacionar com todas as ciências sociais. Com a globalização, o turismo passa a ser um dos elos de promoção do desenvolvimento, tanto do local quanto do global. Para a autora, o subdesenvolvimento é decorrente da concentração de riqueza e renda, ou seja, não há uma distribuição de renda justa para todos os cidadãos, gerando a pobreza como expressão extrema da desigualdade social.

Desse modo, o desenvolvimento de uma localidade só se dará quando conseguir atingir a escala humana, ou seja, quando todos os atores do processo forem beneficiados; não apenas os empresários e investidores responsáveis pelas práticas planejadas para o território (CORIOLANO, 2003).

O planejamento do turismo, da mesma forma que o conceito de desenvolvimento, se faz, muitas vezes, atrelado ao crescimento econômico. Uma interpretação equivocada do fenômeno que precisa ser compreendido e efetivado como um sistema complexo, em constante movimento e transformação, como apresentam Moesch e Beni (2015). Entendido como um fenômeno sistêmico, o turismo carrega em si a capacidade de promover o desenvolvimento social da comunidade, por valorizar o sujeito situado, o que também pode ser compreendido como “desenvolvimento local”.

A prática turística é um fator determinante para o desenvolvimento de um território, seja nacional ou local, além de ser um instrumento de dinamismo socioeconômico, conforme Coriolano (2012). Assim, podemos pensar o turismo como uma prática solidária, de trocas e interações entre povos e culturas, o que promove oportunidades de empreendimentos locais, fortalecendo as relações sociais entre municípios e comunidades.

Adentrando ao Turismo de Base Comunitária, que é a prática turística que se propõe solucionar ou mitigar as desigualdades sociais ou a pobreza, a partir dos usos dos potenciais turísticos presentes no destino, é possível reconhecer a comunidade da Prainha do Canto Verde (CE) como uma prática possível de reverter às desigualdades sociais das comunidades envolvidas.

De acordo com Coriolano (2012), esta prática é reconhecida como de responsabilidade dos residentes da comunidade, que fazem a gestão do turismo local, buscando o desenvolvimento na saúde, na educação, na preservação de sua cultura e meio ambiente, além, principalmente, da relação de vínculo com o seu território, evitando vários males a sua comunidade.

3.1. O Turismo de Base Comunitária no Estado do Ceará (CE)

Conforme Coriolano (2008), o Turismo de Base Comunitária no Estado do Ceará é organizado em redes, que surgem para atuação em conjunto no território a partir das peculiaridades turísticas de cada município. A autora destaca a existência da Rede TURISOL - Rede Brasileira de Turismo Comunitário - (<http://turisol.wordpress.com/>) e da Rede TUCUM - Rede Cearense de turismo comunitário - (<http://www.tucum.org/>), a qual faz parte a Prainha do Canto Verde, comunidade localizada no município de Beberibe (CE). Essas Redes atuam no território em diálogo com o Ministério do Turismo, o qual utiliza do Programa de Regionalização do Turismo (PRODETUR) para promover uma classificação do litoral cearense. Essa classificação estipula Setores Turísticos, conforme figura, os quais dialogam entre si e desenvolvem o turismo no Estado.

Figura 03: Divisão do litoral cearense segundo o PRODETUR



Fonte: Coriolano (2008, p.280)

Figura 04: Localização das comunidades da rede TUCUM



Fonte: www.tucum.org

A figura em destaque também registra que o município de Beberibe (CE) está localizado no Setor I, identificado como Setor Costa Leste, em conjunto com os municípios Pindoretama, Cascavel, Aracati, Fortim, Icapuí e Itaíçaba.

Nestes municípios, o maior impacto gerador de conflitos no processo de desenvolvimento turístico é a especulação imobiliária, conforme apresenta Coriolano (2008), que contribui para as desigualdades sociais presentes no território cearense. Assim, o Turismo de Base Comunitária se faz presente nessas regiões, de forma a resistir aos violentos impactos causados pela especulação imobiliária.

3.2. A Comunidade da Prainha do Canto Verde em Beberibe (CE)

A Comunidade do Canto Verde está localizada no município de Beberibe (CE), no litoral leste do Ceará, a 126 km de Fortaleza (pela rodovia CE 040). Beberibe foi criado em 1892 e sua delimitação geográfica é de 1.616,39 km quadrados. A Prainha do Canto Verde é destaque internacional, quando se fala em

luta por terra, e projetos de turismo comunitário no litoral cearense. O local é exemplo de integração entre o turismo e as atividades tradicionais, como pesca, agricultura e o artesanato (FABRINO, 2013).

Figura 05: Mapa de Localização da Prainha do Canto Verde, Beberibe (CE).



Fonte: <http://prainhadocantoverde.org>

Segundo Fabrino (2013), a Prainha do Canto Verde é uma comunidade pesqueira marítima, que tem na pesca artesanal a principal atividade econômica, e relevância social e cultural. Situa-se em uma planície litorânea, à beira mar, em meio a campos de dunas (fixas e móveis), lagoas temporárias (interdunas) e planícies alagáveis. O início da ocupação se deu em 1860 e, hoje, a comunidade é formada por cerca de 1.100 habitantes, estabelecidos em uma área de 749 hectares com uma praia de 5 km de extensão.

A comunidade está situada em uma área de elevado valor econômico e entre alguns dos principais destinos turísticos do litoral cearense: Porto das Dunas (Aquiraz), onde se localiza o Parque Aquático do Beach Park, praia das Fontes, Morro Branco (Beberibe) e Canoa Quebrada (Aracati).

E em 05 de junho de 2009, a Prainha do Canto Verde foi transformada em uma Reserva Extrativista - RESEX (lei federal 9985/00), tornando-se uma área da administração pública federal sujeita às restrições de uso. Quando a RESEX foi implantada, a comunidade não sabia que a área seria transformada também em Reserva Extrativista continental, dificultando a vida dos moradores, que passaram a não poder fazer pequenas construções e reformas em suas casas, e também não

podem vendê-las. A luta da associação de moradores era pela RESEX marinha, para coibir a pesca predatória. A RESEX continental só seria justificada caso eles utilizassem a agricultura e a pecuária como meio de sobrevivência, o que não é o caso. A RESEX continental também atrapalha o turismo, outra fonte de renda da Prainha do Canto Verde.

Fabrino (2013) ainda contribui ao apresentar que a criação da RESEX da Prainha do Canto Verde, valorizou o turismo da região, agora sendo área protegida, e livre de ações de degradação social, econômica, e principalmente ambiental. E melhorou a qualidade de vida dos moradores da comunidade, em relação à educação, saúde, e moradia, de cerca dos seus 1.100 moradores da comunidade Prainha do Canto Verde.

3.3. O Turismo de Base Comunitária da Prainha do Canto Verde

O modelo de turismo desenvolvido na Prainha do Canto Verde é reconhecido internacionalmente e no Brasil, como modelo bem sucedido de Turismo de Base Comunitária.

Esse projeto de turismo (TBC) foi organizado pelo conselho de turismo da comunidade, criado em 1997, que está vinculado à Prainha do Canto Verde. Além desse conselho, existem outros, tais como os de educação, saúde, terra, pesca e artesanato, todos vinculados à associação comunitária. O conselho de turismo se dinamiza por meio da cooperativa de turismo e artesanato da Prainha do Canto Verde, que coordena as atividades turísticas e organizar em pequenos empreendimentos coletivos e individuais, tais como, pousadas, casas e quartos de aluguel, barracas de praia, passeios de *buggy* e lojas de artesanato.

Figura 06: Registro das práticas do Turismo de Base Comunitária na Prainha do Canto Verde .



Então vem vivenciar o Turismo Comunitário na Prainha do Canto Verde

Disponemos de pacotes com:

- 3 diárias para 2 pessoas;
- café da manhã incluso

Entre em contato conosco para combinar valores e outras informações.

(85) 997877391
(85) 997671005
Beatriz Goes

TURISMO DE BASE COMUNITARIO

f Turismo Comunitário de Canto Verde

#VEMPRACANTOVERDE

TUCUM



Fonte: <http://prainhadocantoverde.org>

Uma das pousadas existentes na comunidade é de propriedade da própria associação, e as demais são individuais. Todos os empreendedores são oriundos da própria comunidade, portanto, não há investidores externos e os lucros permanecem com os moradores.

Diferentemente de outras localidades próximas (Prainha, Praia das Fontes e da Tabuba, onde predomina o turismo promovido a partir do viés economicista), a prática realizada na comunidade é baseada em redes, ou seja, os empreendedores trabalham em conjunto, como é o caso da rede hoteleira e do conjunto de residências secundárias (habitações cujo uso é eventual pelos proprietários).

A cooperativa que administra a prática turística é, até então, informal. Surgiu com intuito de possibilitar um complemento na renda familiar dos moradores, em consequência das dificuldades da pesca artesanal. Isto mostra a verdadeira essência da comunidade e suas competências na realização e gestão do turismo na comunidade da Prainha do Canto Verde. O aspecto social, humano, ambiental e

responsável (que é o tipo de turismo recomendado para todos os segmentos do turismo), se torna presente na comunidade e é bastante visível economicamente.

O desenvolvimento do site (<http://prainhacantoverde.org>) da Prainha do Canto Verde (CE), foi realizado pela comunidade da Prainha do Canto Verde em janeiro e fevereiro de 2011. Segundo os dados do próprio site, foi convidado o professor Eduardo Bezerra de Icapuí para ministrar 60 horas de treinamento para criação do site da Prainha. Nove jovens da prainha receberam o treinamento e em conjunto com a comunidade desenvolveram este site foi desenvolvido o site. O novo site da prainha tem uma nova roupagem, é mais moderno e evoluído com matérias da comunidade e atrações que oferecem. Cada um dos alunos ficou responsável por uma determinada parte para ajudar a elaborar e atualizar com novas fotos, textos, matérias e notícias (<http://prainhadocantoverde.org>).

Conforme depoimento de Raimundo, aluno do curso, retirado do site da Prainha do Canto Verde: “essa foi uma oportunidade para nós jovens da comunidade, pois com esse novo aprendizado nós nos tornamos mais qualificados para o mercado de trabalho” (<http://prainhadocantoverde.org>, 2011).

Para Eduardo Bezerra, professor do curso de elaboração do site da Prainha do Canto Verde:

Quando fui convidado pela associação de moradores da prainha do canto verde, achei a ideia maravilhosa! Normalmente me chamam e pedem que eu desenvolva um site e pronto. Mas, na Prainha do Canto Verde foi diferente, eu ensinei jovens da comunidade a criarem sua própria página. Este é o diferencial da comunidade, sempre querem aprender a fazer e não ter coisas prontas” (<http://prainhadocantoverde.org>, 2011).

Figura 07: Alunos com o professor do curso de elaboração do site da Prainha do Canto Verde.



Fonte: <http://prainhadocantoverde.org>

É possível identificar, a partir das informações do site da Prainha do Canto Verde (CE), as opções de turismo na comunidade. São eles: (1) Culinária; (2) Hospedagens; (3) Turismo Comunitário; (4) Turismo de eventos; (5) Rede Bodega; (6) Trilhas.

A primeira opção, pautada na culinária local, tem o Restaurante Sol e Mar como principal atrativo turístico. A ideia do restaurante surgiu logo com o início da pousada. Uma das particularidades do restaurante é a mesa compartilhada, onde os hóspedes se encontram e acabam trocando suas experiências de viagens, e compartilhando as diferentes culturas. Os donos têm momentos de conversas e informações sobre a história da comunidade. O restaurante oferece pratos típicos da região com várias especialidades do mar, como: lagosta, variedades de peixes (serra, cavala ou guarajuba) e camarão. Aila, a proprietária do restaurante e cozinheira, participou de vários cursos de culinária com diversas especialidades. Também existe o grupo de cozinheiras e merendeiras, formado por mulheres que fazem parte do CTC (Conselho de Turismo Comunitário) e da Associação de Moradores da Comunidade, que se organizam para oferecer refeições aos grupos visitantes.

A prática voltada à Hospedagem tem como apoio para a infraestrutura as casas para alugar. Cada casa pertence a um morador diferente da comunidade que faz parte do Turismo Comunitário local.

Figura 08: Casas para alugar, pertencentes aos moradores da comunidade.



Fonte: site da Prainha do Canto Verde (<http://prainhadocantoverde.org>)

A Pousada Refúgio da Paz, também integra essa prática, rodeada por plantas e árvores, tem como principal objetivo garantir a tranquilidade e satisfação dos visitantes. Recebendo a visita em todas as manhãs de diversos pássaros típicos da região.

Dona Mirtes, dona da pousada, trabalhava como agente de saúde na comunidade. Ela tinha 8 filhos com uma grande casa com diversos quartos, seus filhos foram embora e os quartos ficaram vazios, foi quando surgiu a proposta de Turismo Comunitário na Prainha do Canto Verde e de abrir a casa para receber os turistas que buscavam a comunidade.

Figura 09: Quartos da pousada Refúgios da Paz.



Fonte: site da Prainha do Canto Verde (<http://prainhadocantoverde.org>)

No site da Prainha do Canto Verde também é possível encontrar os valores das diárias destes estabelecimentos, conforme a seguir.

Quadro 5: preço e variedades de quartos, da pousada Refúgio da Paz

Diárias	Quarto duplo	Quarto solteiro
com café da manhã	R\$ 100,00	R\$ 60,00
quarto com cozinha	R\$ 120,00	R\$ 80,00

Fonte: site da Prainha do Canto Verde (<http://prainhadocantoverde.org>)

A Pousada Sol e Mar, surgiu em 1990, com a visita do Sr. René (um dos primeiros visitantes da comunidade). Após a divulgação feita pelo Sr. René, vieram,

também, outros visitantes. Os mesmos não tinham onde se hospedar, então o Sr. João, que tinha uma casa grande com seis quartos, resolveu alugar alguns quartos que não eram utilizados. Com a renda que ganhavam transformaram a casa em uma pousada. Em 2004, iniciou-se uma nova construção expandindo a pousada para cima de sua casa, com cinco suítes com vista para a praia. Em 2015, a pousada passou por mais uma construção, de mais quatro suítes.

O turismo comunitário é entendido, a partir das informações publicadas no site, como:

(...) uma oportunidade para aperfeiçoar a organização comunitária, o desenvolvimento local e a co-gestão, para preservar o patrimônio natural, cultural e as formas de vida tradicionais das comunidades e do seu território. Toda forma de organização empresarial sustentado na propriedade do território e da autogestão dos recursos comunitários e particulares com práticas democráticas e solidárias no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados através da prestação de serviços visando o encontro cultural com os visitantes (<http://prainhadocantoverde.org>, 2021).

Figura 10: Centro Comunitário da Prainha do Canto Verde.



Fonte: site da Prainha do Canto Verde (<http://prainhadocantoverde.org>).

As prioridades do trabalho, a partir do Turismo de Base Comunitária, se pauta em melhorar a gestão dos negócios; melhorar a qualidade de serviços e produtos; diversificar oferta de serviços e produtos; estratégia de marketing em conjunto; desenvolver as redes nacionais e globais; profissionalizar jovens empreendedores; intercâmbio entre as comunidades; inclusão de mais comunidades e redes; fortalecer a Aliança Social entre comunidades e turistas.

Conforme o site da Prainha do Canto Verde (2021), a comunidade foi reconhecida pela Feira Internacional de Turismo em Berlim, por desenvolver um projeto de turismo socialmente responsável, através do envolvimento dos moradores e em benefício da população. Cada ano, uma ou duas comunidades do nosso planeta são escolhidas para receber o prêmio, intitulado de “TODO!”, durante o evento. As 14 comunidades vencedoras se espalham pelos 5 continentes, as quais fazem parte do Fórum Mundial para o Turismo Socialmente Responsável.

O trabalho em Rede, estruturado pela Rede Bodega e Rede CAPSOL (Cooperativa de Produção e Comercialização Agroecológica e Solidária), que atua a partir dos interesses coletivos para o bem comum, se mantém ativo em todo o processo de prática do turismo.

Bodega é um nome que resgata o local onde se encontra um pouco de tudo nas comunidades. A cooperativa é constituída por produtores/as, agricultores/as familiares e artesãos/as, organizados em uma rede de economia popular solidária. É composta por 48 grupos de produção, envolvendo 295 famílias de 36 comunidades de 13 municípios. Conta com dois espaços, em Aracati e Prainha do Canto Verde para a comercialização de produtos artesanais, higiene pessoal, confecções, alimentícios e agroecológicos, além de realizar feiras livres e de saberes e sabores.

Figura 11: foto ilustrativa da Rede Bodega.



Fonte: site da Prainha do Canto Verde (<http://prainhadocantoverde.org>)

Na dinâmica das atividades vem se construindo os valores da igualdade, solidariedade, respeito, diversidade e a vida. O que garante a autonomia, a melhoria na renda e a segurança alimentar, além do resgate da auto-estima das famílias. A cooperativa vem fornecendo alternativas sustentáveis de produção. O que se

garante hoje, são práticas da agricultura familiar menos agressivas à natureza e, portanto, produtos mais saudáveis.

Por fim, as trilhas promovidas dentro da comunidade se constituem como os atrativos principais da comunidade, que permitem o turista a entrar em contato direto com a “natureza”, o ecossistema, a fauna e flora local, assim como a história e as tradições dos moradores também chamados de “Povos do Mar” com seus jangadeiros e labirinteiras.

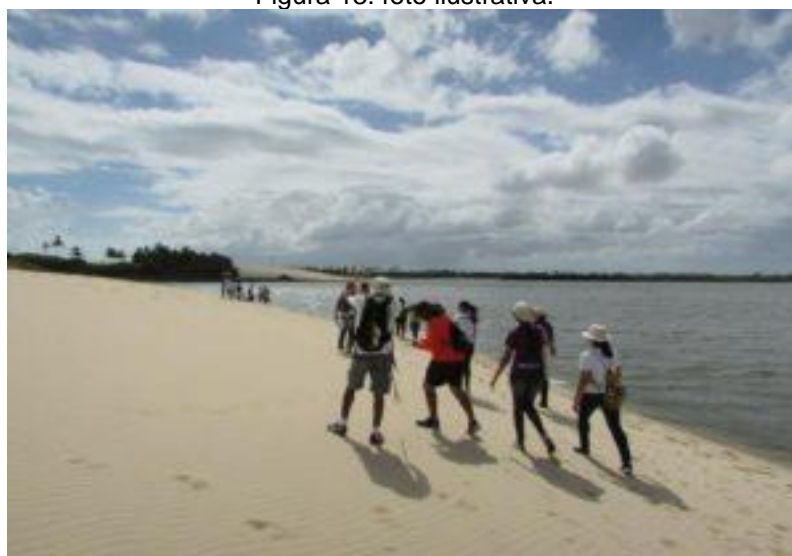
Figura 12: Área litorânea



Fonte: site da Prainha do Canto Verde (<http://prainhadocantoverde.org>)

Assim, para conhecer a Prainha do Canto Verde e as comunidades vizinhas (Córrego do Sal e Campestre da Penha) são oferecidas 2 trilhas: Trilha ecológica do Córrego do Sal e a Trilha Histórica com a natureza local.

Figura 13: foto ilustrativa.



Fonte: site da Prainha do Canto Verde (<http://prainhadocantoverde.org>)

Figura 14: Guia de turismo apresentando o contexto histórico.



Fonte: site da Prainha do Canto Verde (<http://prainhadocantoverde.org>)

O Turismo de Base Comunitária da Prainha do Canto Verde contribui para diminuir as desigualdades sociais na comunidade, pois, os moradores têm participação efetiva em sua concepção, desenvolvimento, implementação e gestão. Não há atuação externa, de pessoas que não sejam da comunidade, mostrando assim uma boa organização comunitária. A luta pela terra ajuda no processo de organização dos moradores, caracterizando a dominialidade, ou, o domínio territorial. O turismo comunitário é desenvolvido utilizando-se dos recursos naturais e culturais existentes nas comunidades. Diferenciando-se do turismo de massa, convencional, pois este se realiza através da implantação de grande infra-estrutura, além do marketing intenso para tornar o lugar conhecido. A atividade turística emerge como uma alternativa para pequenas comunidades que possuem atrativos turísticos, desenvolverem atividade econômica, além das que já realizam, criando oportunidades de trabalho e geração de renda para seus moradores.

Na Prainha do Canto Verde- Beberibe- CE, a 126 km de Fortaleza, o turismo é reconhecido como turismo socialmente responsável. Prioriza a conservação das culturas tradicionais. O turista é atraído pela simplicidade, belezas naturais, calma e rusticidade do lugar; criando-se laços de comunicação entre visitantes e a comunidade, existe interação, respeito mútuo entre turista e morador, as relações são humanizadas e pessoais. A atividade turística não é uma substituição das

atividades já existentes, e sim um complemento para a economia da comunidade. Há uma valorização da pesca artesanal e da comunidade de pescadores.

Os moradores são organizados em associações e/ou cooperativas, como a COOPECANTUR- cooperativa de turismo e artesanato da Prainha do Canto Verde, e ocorre também, a prática de ecoturismo. O financiamento para estas comunidades é realizado pelo setor público, terceiro setor (organizações sem objetivo de lucro, dedicadas à questões sociais) e sociedade civil. O Turismo de Base Comunitária é uma alternativa de desenvolvimento do turismo por base na autogestão através do associativismo e/ou cooperativismo, e que visa a valorização da cultura local e, principalmente, o protagonismo das comunidades locais, permitindo a apropriação destes benefícios advindos do desenvolvimento turístico. Desta forma o Turismo de Base Comunitária pode contribuir para diminuir as desigualdades sociais, na comunidade e também no município de Beberibe- CE, não tendo apenas um viés econômico, mas, principalmente, um viés social, preocupando-se com a qualidade de vida dos moradores e a boa hospitalidade aos turistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo é um fenômeno social e como tal sofre os efeitos da globalização. No TBC temos a cidadania associada ao turismo, ou seja, a pessoa aprende a exercer seus direitos quando está vinculada às associações e cooperativas que realizam e incentivam o Turismo de Base Comunitária. O planejamento participativo nessas cooperativas e associações visam, então, à governança e à sustentabilidade institucional. E, estes, seguem o caráter da governança que é o aumento da governabilidade e emancipatório. A cidadania e a participação social, portanto, devem ocupar lugar central nos processos de democratização, a partir do Turismo de Base Comunitária.

Conforme observado em toda a pesquisa, o Turismo de Base Comunitária da Prainha do Canto Verde, localizada no estado do Ceará (CE), é fomentado com eficiência e responsabilidade. Responsabilidade, principalmente, com a identidade cultural local dos moradores locais, tendo como objetivo beneficiar a todos.

A prática deve ser tratada e trabalhada de forma integrada, com todas as lideranças colaborativas, para desenvolver o desenvolvimento econômico local, em rede, a partir do fazer turismo.

Entretanto, também foi possível observar que, para se fazer o Turismo de Base Comunitária, é preciso ressaltar a participação de todos os envolvidos e seus valores éticos, que são valores morais de conduta racional e equilibrada. A finalidade da prática vai além dos interesses econômicos e individuais das lideranças. Ela se pauta no bem comum. A ética leva em consideração a prudência, tendo que ser racional e equilibrada.

A comunidade e o governo local também têm responsabilidade e participação no processo, devendo realizar políticas públicas voltadas ao fomento das práticas turísticas da região e do lugar (aqui a Prainha do Canto Verde). A infraestrutura para receber os turistas nas comunidades também precisa ser compatível com os equipamentos turísticos e a capacidade de carga.

O Turismo de Base Comunitária, portanto, propõe uma alternativa racional frente ao turismo de massa, participação efetiva da comunidade nos processos decisórios, e nos consequentes benefícios econômicos. Sua finalidade é dinamizar a economia; trazer qualidade de vida aos moradores locais (que recebem os turistas),

além do desenvolvimento, do respeito às áreas protegidas ou Unidades de Conservação. Os moradores locais devem ser encarados como os protagonistas da realização do turismo no próprio local, tal como ocorre na área aqui estudada.

Ter uma base local, para o fortalecimento e ampliação da rede local, em conjunto, é fundamental para a consolidação de um exercício de governança. A participação do poder público deve se atentar na criação destas bases locais para o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária em todo o estado.

Seminários, conferências e oficinas, priorizando o debate coletivo no Turismo de Base Comunitária, também devem ser planejados e efetivados para os municípios envolvidos.

Entretanto, deve-se pontuar que a realidade dos municípios envolvidos não vai mudar drasticamente, a partir da realização das práticas do turismo; a realidade só muda se pensarmos nas questões sociais, como prioridade. Envolver todos os bons princípios da boa prática do turismo e estabelecer quais são os alicerces necessários para o correto desenvolvimento do turismo devem ser considerados. Temos assim que estabelecer condições reais, priorizando o social, para depois pensar em um desenvolvimento turístico que contemple a todos, principalmente as comunidades que oferecem o turismo aos visitantes.

É perceptível observar como a pandemia impactou bastante (negativamente) o turismo no país e principalmente o Turismo de Base Comunitária. As comunidades tiveram grandes prejuízos e se isolaram devido a pandemia. Entretanto, a coletividade e a estrutura em rede, pode ser a saída para que as comunidades locais enfrentem a pandemia. A economia solidária tem um papel bastante importante em todo o processo do saber e do fazer turismo.

Assim, pode-se concluir que o Turismo de Base Comunitária é considerado nesta pesquisa como uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável e uma forma de combater a desigualdade social no país, a partir das comunidades originárias e locais.

O Turismo de Base Comunitária da Prainha do Canto Verde (CE) é considerado uma estratégia de combate às desigualdades sociais pois suas áreas, na grande maioria, são ambientes naturais de grande valor simbólico e mais ameaçados pelo avanço dos investidores capitalistas. É visto no trabalho como um ambiente de resistências, lutas e articulações em defesa do território, do meio

ambiente, além dos próprios sujeitos moradores da área. Este posicionamento, assim, contribui para pesquisarmos o Turismo de Base Comunitária (TBC) como estratégia de luta e combate às desigualdades sociais.

Ainda temos muito que avançar nas pesquisas e propostas, pois o Turismo de Base Comunitária ainda tem pouca atenção do poder público. As iniciativas turísticas partem dos próprios moradores da comunidade, através de associações e cooperativas, e também à atuação em rede. Estas experiências são, assim, mais integradas e mais autênticas realizadas em conjunto com a comunidade. É importante, portanto, trabalhar e criar estratégias para fugir da cobiça dos atores hegemônicos do saber e do poder colonizadores do sistema capitalista vigente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, IPEA e FIP, 2020.
- ALMEIDA, Carla; LÜCHMANN, Lígia; MARTELLI, Carla. A pandemia e seus impactos no Brasil. **Middle Atlantic Review of Latin American Studies**, v. 4, n. 1, p. 20-25, 2020.
- ALCÂNTARA, Liliane Cristine Schlemmer; GRIMM, Isabel Jurema; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Turismo de Base Comunitária e Bem Viver: Estratégias de Desenvolvimento e Redução das Desigualdades. **REDE-Revista Eletrônica do PRODEMA**, v. 12, n. 01, p. 58-73, 2018.
- ARAÚJO, Luiz Gonzaga Maciel. O papel da educação como elemento chave para a compreensão das desigualdades sociais no Ceará. 2013.
- BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. **Turismo de base comunitária**. Letra e imagem, 2009.
- BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. Senac, 2019.
- CALADO, Lucas Barbosa. Desigualdade social. **ETIC-ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA-ISSN 21-76-8498**, v. 11, n. 11, 2015.
- COSTA, Sérgio. Desigualdades, interdependência e políticas sociais no Brasil. **Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas**. Rio de Janeiro: Ipea, p. 53-78, 2019.
- COSTA, Simone da Silva. Pandemia e desemprego no Brasil. *Revista de Administração Pública*, v. 54, p. 969-978, 2020.
- CORIOLOANO, Luzia Neide. A contribuição do turismo ao desenvolvimento local. **Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local**. João Pessoa, PB: Editora Universitária da UFPB, p. 61-70, 2012.
- CORIOLOANO, L. N. M. T. Os limites do desenvolvimento e do turismo. **PASOS- Revista de Turismo y Patrimônio Cultural**, v. 1, n. 2, p. 161-171, 2003.
- DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. **Revista interdisciplinar científica aplicada**, v. 2, n. 3, p. 1-13, 2008.
- DE SOUZA NEVES, Margarida. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. **O Brasil Republicano. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**.

- FABRINO, NatháliaHallack. Turismo de base comunitária: dos conceitos às práticas e das práticas aos conceitos. 2013.
- Gil, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social / Antonio Carlos Gil. - 6.ed. - São Paulo : Atlas, 2008.
- Gil, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo :Atlas, 2002.
- GOHN, Maria da Glória. Teorias sobre a participação social: desafios para a compreensão das desigualdades sociais. **Caderno CRH**, v. 32, p. 63-81, 2019.
- HALLACK, Nathália; BURGOS, Andrés; CARNEIRO, Daniela Maria Rocco. Turismo de base comunitária: estado da arte e experiências brasileiras. 2011.
- IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro. Brasília: PNUD, IPEA, FJP, 2013.
- IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro- 2021. Disponível em www.ipea.gov.br/portal. Acesso em 22/09/2021.
- IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Índice de Vulnerabilidade Social- 2019. Disponível em www.ipea.gov.br/portal. Acesso em 22/09/2021.
- IRVING, M. A. (2009): “Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária - inovar é possível?”, BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D.G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares.
- KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- LINHARES, Maria Yedda Leite. Pecuária, alimentos e sistemas agrários no Brasil (séculos XVII e XVIII). **Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian, Le Portugal et l'Europe Atlantique, le Brésil et l'Amérique Latine. Mélanges offerts à Frédéric Mauro**, v. 34, p. 5-16, 1996.
- LOBATO, Alessandra Silva. Turismo de base comunitária e desenvolvimento socioespacial: um diálogo possível. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 6, n. 3, 2013.
- MACHADO, Antonio Fabricio Santil; SILVA, Maria Micheliana da Costa; LEMOS, José de Jesus Sousa. Indicadores de exclusão social e mitigação de pobreza no Ceará. 2010.

- MACHADO, Fernando Luís. Desigualdades sociais no mundo atual: teoria e ilustrações empíricas. **Desigualdades sociais no mundo atual: teoria e ilustrações empíricas**, n. 9, p. 297-318, 2015.
- MOESCH, Marutschka. O lugar da experiência e da razão na origem do conhecimento do turismo. **Revista Cenário**, v. 1, n. 1, p. 8-28, 2013.
- MOESCH, Marutschka; BENI, Mario Carlos. Do discurso sobre a ciência do turismo para a ciência do turismo. Recuperado jan, v. 2, p. 2020, 2015.
- MORIN, Edgar. Os desafios da complexidade. **Morin E, organizador. A religião dos saberes. O desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, p. 559-67, 2001.
- NETTO, Alexandre Panosso. **O que é turismo**. Brasiliense, 2017.
- ROCHA, Sonia. Pobreza no Brasil: a evolução de longo prazo (1970-2011). **Rio de Janeiro**, 2013.
- RIBEIRO, Dylhermando José Vieira. Gestão Pública do turismo para o desenvolvimento local no município de Beberibe (CE). 2014.
- RIBEIRO, Lilian Lopes; FEITOSA, Débora Gaspar; ARAUJO, Jair Andrade de. Os efeitos do crescimento econômico na pobreza do Ceará: uma análise microrregional. 2015.
- RICCO, Adriana Sartório. O turismo como fenômeno social e antropológico. **GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA EM TURISMO, EEEDDL Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, p. 167-181, 2012.
- SALES, Teresa. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 25, n. 9, p. 26-37, 1994.
- SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Turismo como fenômeno humano. **Santa Cruz do Sul: EDUNISC**, 2005.
- SILVA, JOSÉ JAIME DA et al. Pobreza multidimensional no Brasil: uma análise do período 2004-2015. **BrazilianJournalofPoliticalEconomy**, v. 40, p. 138-160, 2020.
- SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. Pobreza no Brasil Colonial: representação social e expressões da desigualdade na sociedade brasileira. **Histórica-Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, n. 34, 2009.

ZAOUAL, H. (2009): “Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições”, BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D.; BURSZTYN, I. (Org.), Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e imagem, pp.55-75.

ENDEREÇOS ELETRÔNICOS

<http://prainhadocantoverde.org> acessado em 28/08/21.

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/beberibe/panorama>. Acesso em 13/10/21.

<https://www.ipea.gov.br/portal/> acessado em 21/08/2021.